

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0362.2026.AC-62.PE.90222.SAD.DAG-SDS

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90222/2026**

SEI: 3900009130.000003/2026-70

## PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através do pregoeiro Adenildo Nogueira da Silva, designado(a) por meio da Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em atendimento ao **Documento de Abertura de Processo Licitatório**, da SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL- SDS, e com a respectiva autorização do senhor **ENÉIAS FERREIRA LEITE DE OLIVEIRA- Secretário Executivo de Gestão Integrada**, estabelece as condições para licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem como objeto a **Formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de equipamentos e softwares destinados ao Sistema de Radiocomunicação Digital, incluindo serviços de instalação, adaptação e configuração para a implantação do PMR (Professional Mobile Radio), em padrão aberto TETRA (Terrestrial Trunked Radio), na faixa de UHF 380–400 MHz, abrangendo a Capital e a Região Metropolitana do Recife**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às necessidades da Secretaria de Defesa Social-PE.

**1.2.** A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

**1.3.** O objeto desta licitação agrupado em **lote único**, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

## 2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1.** A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 20.572.839,06 (vinte milhões quinhentos e setenta e dois mil e oitocentos e trinta e nove reais e seis centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.

**2.2.** As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: **4.4.90.52.06 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO**

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.** É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se

tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.3** A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do [compras.gov.br](http://compras.gov.br) com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

**3.4.** Não poderão participar desta licitação:

**3.4.1.** Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

**3.4.2.** Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

**3.4.3.** Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

**3.4.4.** Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

**3.4.5.** Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**3.4.6.** Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

**3.4.7.** Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

**3.4.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

**3.4.9.** Profissionais organizados em cooperativa;

**3.4.10.** Pessoas físicas;

**3.4.11.** Agricultor familiar/Produtor rural.

## 4. DO CONSÓRCIO

**4.1.** Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133/21 e no presente Edital:

**4.2.** A apresentação do Termo de Compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelas consorciadas, deverá prever:

**4.2.1.** Indicação da empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

**4.2.2.** Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

**4.2.3.** Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada até o final da execução do contrato, sem prévia e expressa anuência do contratante, ficando a substituição de consorciado condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

**4.2.4.** Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrente desta licitação;

**4.2.5.** Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

**4.2.6.** Obrigações de cada uma das consorciadas, individualmente, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

**4.3.** A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

**4.4.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.2.

## 5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

**5.1.** Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

**5.2.** As sessões serão iniciadas em dias úteis.

**5.2.1.** Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

**5.2.2.** Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

**5.2.3.** Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

**5.2.4.** Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

**5.3.** Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

## 6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**6.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

**6.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

**6.3.** A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

**6.4.** Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

**6.5.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

**7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**7.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**7.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**7.2.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**7.2.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.4.** A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.4.1.** Nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**7.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**7.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 e 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**7.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**7.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**7.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**7.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**7.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**7.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**7.10.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**7.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**7.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**7.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## 8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

**8.1.** A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

**8.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**8.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

**8.4.** A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

**8.5.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

**8.5.1.** O pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

**8.6.** Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

**8.7.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.8.** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## 9. DA FASE DE LANCES

**9.1.** Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**9.1.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

- 9.1.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.1.3.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.
- 9.1.4** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.2.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.3.** O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.4.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 9.5.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.
- 9.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.7.** Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 9.8.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.9.** No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), salvo na situação prevista no item 9.8.
- 9.10.** Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.11.** O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**.

**9.12.** A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

**9.12.1.** A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**9.13.** Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

**9.14.** Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o pregoeiro poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**9.15.** Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

**9.16.** Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**10.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**10.1.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**10.1.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**10.1.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.2.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**10.2.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**10.2.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**10.2.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

**10.2.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**10.2.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.2.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**10.2.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

**10.2.2.2.** Empresas brasileiras;

**10.2.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**10.2.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**10.2.3.** Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

## 11. DA NEGOCIAÇÃO

**11.1.** Após o encerramento da fase de disputa, o pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

**11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**11.2.1.** O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

**11.3.** Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

**11.4.** Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

**11.4.1.** No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

**11.5.** No caso previsto no item 11.3, o pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

**11.6.** O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo pregoeiro.

## 12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

**12.1.** Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o pregoeiro verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**12.1.1.** A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

**12.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**12.1.3.** Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

**12.2.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo

de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

**12.3.** Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do pregoeiro.

**12.4.** O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do pregoeiro.

**12.5.** Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

**12.6.** A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

**12.7.** Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

**12.8.** Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro no sistema.

**12.9.** A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**12.10.** A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

## 13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

**13.1.** O pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

**13.1.1.** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

**13.2.** Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

**13.2.1.** Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

**13.2.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**13.2.3.** O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

**13.2.4.** No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

**13.2.5.** No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

**13.2.6.** No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

**13.2.7.** No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

**13.3.** Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta, **Fichas Técnicas (Data Sheets) e Catálogos Oficiais do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhados de tradução simples, que comprovem o atendimento integral às especificações do Termo de Referência, documentos estes por meio dos quais será verificada a conformidade técnica da proposta**, na forma e no prazo estipulado no item 12.2 e 12.3 deste edital

**13.3.1.** A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).



**13.4.** Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**13.5.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) Permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 10;
- c) Conttenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) Apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) Conttenham falhas, apontadas pelo pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 15 deste Edital;
- f) Apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**13.6.** Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

**13.6.1.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

**13.6.2.** A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

**13.6.3.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

**13.7.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

**13.8.** Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

**13.9.** Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Pregoeiro retomar a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

**13.10.** Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

**13.11.** Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

## 14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**14.1.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

### **14.2. Habilitação Jurídica:**

**14.2.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**14.2.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**14.2.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**14.2.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**14.2.4.1.** Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

**14.2.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**14.2.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**14.2.8.** Ato de autorização para o exercício da atividade de radiocomunicação, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos do art. 131 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações).

**14.2.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**14.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**14.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

**14.3.3.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

**14.3.4.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

**14.3.5.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**14.3.6.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

**14.3.6.1.** Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

**14.3.7.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

**14.3.8.** As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

**14.3.9.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**14.3.10.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.3.11.** Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

**14.3.11.1.** Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense

expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

**14.3.11.2.** Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

#### **14.4. Qualificação Técnica:**

**14.4.1.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA, em plena validade;

**14.4.1.1.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência relativa ao registro ou inscrição na entidade profissional competente no Brasil, quando for o caso, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a respectiva entidade profissional.

**14.4.2.** Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**14.4.2.1.** Será considerado compatível em características **a experiência anterior no fornecimento de sistemas ou equipamentos de radiocomunicação digital de tecnologia semelhante ou superior, que demonstrem a capacidade da licitante em operar com protocolos de comunicação profissional e redes troncalizadas.**

**14.4.2.1.1.** Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, **30% (trinta por cento)** das quantidades estimadas na licitação para cada lote/item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item.

**14.4.2.2.** Para fins de aferição do percentual mínimo de **30% (trinta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

**14.4.2.3.** Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

**14.4.2.4.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**14.4.2.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**14.4.2.6.** Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

**14.4.2.7.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **14.5. Qualificação Econômico-Financeira:**

**14.5.1.** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

**14.5.1.1.** Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante;

**14.5.1.2.** A certidão descrita no item 14.5.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

**14.5.1.3.** No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

**14.5.2.** Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da licitação para o respectivo lote.

**14.5.3.** Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

**14.5.4.** Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

**14.5.5.** Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

**14.5.7.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.5.8.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

#### **14.6. Declarações complementares:**

**14.6.1.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.6.2.** Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.6.3.** Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

**14.6.4.** Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

**14.6.5.** Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

#### **14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:**

**14.7.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



**14.7.1.1.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**14.7.1.2.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**14.7.1.3.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**14.7.1.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**14.7.1.5.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**14.7.1.6.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**14.7.1.7.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**14.7.2.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**14.7.3.** Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

**14.7.3.1.** Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

**14.7.4.** Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

**14.7.5.** Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

**14.7.5.1.** Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

**14.7.6.** Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

**14.7.7.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

**14.7.8.** Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**14.7.9.** Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

**14.7.9.1.** Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior

economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

**14.7.10.** Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**14.7.10.1.** Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**14.7.10.2.** A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

**14.7.11.** Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

**14.7.12.** Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

**14.7.12.1.** É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

**14.7.13.** Em caso de participação de empresas em consórcio, o Termo de Compromisso de que trata o item 4.2 deverá ser apresentado em conjunto com os documentos de habilitação, observadas as seguintes disposições:

**14.7.13.1.** Cada empresa consorciada deve apresentar os documentos exigidos nos itens 14.2 e 14.3 deste Edital, para fins de comprovar a habilitação jurídica e a regularidade fiscal, social e trabalhista;

**14.7.13.2.** A fim de comprovar a qualificação econômico-financeira, exige-se que cada consorciado apresente a Certidão Negativa de Falência, prevista no item 14.5.2, e comprove o atendimento aos índices contábeis fixados no item 14.5.4.

**14.7.13.3.** Para a prova da qualificação técnica, quando exigida, será admitido o somatório dos quantitativos dos atestados fornecidos por cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigido capital social ou patrimônio líquido mínimo, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**14.7.13.4.** A exigência de qualificação econômico-financeira relativa ao Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo terá um acréscimo de **30% (trinta por cento)** sobre o valor exigido do licitante individual.

**14.7.13.4.1.** O acréscimo previsto não será exigido se o consórcio for formado integralmente por microempresa ou empresas de pequeno porte.

## 15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

**15.1.** Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

**15.2.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

**15.3.** Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

## 16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

**16.1.** Durante as fases de julgamento e de habilitação, o pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

**16.2.** Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) Comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

**16.2.1.** Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

**16.2.2.** Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

**16.3.** A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

**16.4.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

**16.5.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## 17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**17.1.** Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

**17.1.1.** A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

**17.1.2.** A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**17.2.** Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**17.3.** As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

**17.4.** O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.5.** As razões do recurso serão dirigidas ao pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

**17.6.** A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

**17.7.** Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**17.8.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

**17.9.** Verificada a regularidade dos procedimentos, o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

## 18. DO CADASTRO DE RESERVA

**18.1.** Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

**18.2.** O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

**18.2.1.** Houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

**18.2.2.** Houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

**18.3.** A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

**18.4.** A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

## 19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**19.1.** Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

**19.2.** O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

**19.3.** No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

**19.4.** A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

**19.5.** Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

## 20. DO CONTRATO

**20.1.** A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

## 21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

**21.1.1.** Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

**21.1.2.** Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

**21.1.3.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**21.1.3.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**21.1.3.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**21.1.3.3.** Desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;



**21.1.3.4.** Desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

**21.1.3.5.** Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

**21.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**21.1.5.** Fraudar a licitação;

**21.1.6.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**21.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**21.1.7.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**21.1.7.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**21.1.8.** Cometer fraude de qualquer natureza;

**21.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**21.2.** As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**21.2.1.** Multa;

**21.2.2.** Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

**21.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

**21.3.** As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**21.4.** A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

**21.4.1.** Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

**21.4.2.** Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3 deste edital;

**21.4.3.** Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

**21.5.** Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

**21.5.1.** No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

**21.5.2.** No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

**21.6.** Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

**21.7.** Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6 deverão ser observadas:

**21.7.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**21.7.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**21.7.3.** Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

**21.7.4.** Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

**21.7.5.** A vantagem auferida em virtude da infração;

**21.7.6.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.8.** Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

**21.9.** As penalidades deverão ser registradas no sistema e - fisco, no PE - integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

**21.10.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

**21.11.** Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**22.1.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

**22.2.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema PE - Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

**22.3.** A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**22.4.** Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade da contratação somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

**22.5.** Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

**22.5.1.** Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

**22.6.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

**22.7.** A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

**22.8.** Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

**22.9.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**22.10.** Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.
- e) Anexo IV - Folha de Rosto.

**22.11.** Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

**22.12.** A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife 6 de maio de 2026.

**Adenildo Nogueira da Silva**

**Pregoeiro/Agente de Contratação- 62/SAD**

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de equipamentos e softwares destinados ao Sistema de Radiocomunicação Digital, incluindo serviços de instalação, adaptação e configuração para a implantação do PMR (Professional Mobile Radio), em padrão aberto TETRA (Terrestrial

Trunked Radio), na faixa de UHF 380–400 MHz, abrangendo a Capital e a Região Metropolitana do Recife, visando atender as necessidades da Secretaria de Defesa Social, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por lotes e descritos conforme quadro(s) constante(s) no anexo D.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E- fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá à descrição do E-fisco/Termo de Referência.

## **2. DAS JUSTIFICATIVAS**

### **2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

### **2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

### **2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

### **2.4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

2.4.1. O não parcelamento justifica-se não apenas pelas conclusões do ETP, mas também pela necessidade de garantir interoperabilidade, padronização tecnológica, responsabilidade técnica unificada e mitigação de riscos operacionais, sendo o fracionamento potencialmente prejudicial à eficiência e à continuidade do serviço.

### **2.5. DA PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

2.5.1 No caso vertente, é permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, na forma do art. 15, da Lei nº 14.133/2021.

### **2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO**

2.6.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, uma vez que pode incluir, além do fornecimento de bens, serviços técnicos especializados de instalação, configuração, suporte e manutenção. Diante da natureza e das exigências do objeto contratual, justifica-se a vedação à participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativas, com base nos seguintes fundamentos:

2.6.2. Incompatibilidade com a Natureza do Objeto:

2.6.2.1. Execução por profissionais habilitados tecnicamente, vinculados contratualmente à empresa contratada;

2.6.2.2. Cumprimento de obrigações contratuais com responsabilidade direta do contratado (pessoa jurídica);

2.6.2.3. Presença de subordinação técnica, hierárquica e continuidade da prestação, típicas de contratos com empresas especializadas.

2.6.3. Risco de Substituição de Relação Empresarial por Relação Trabalhista Disfarçada

2.6.3.1. A contratação de cooperativas para atividades com caráter contínuo, pessoalidade e subordinação direta pode configurar, na prática, uma tentativa de terceirização indevida da força de trabalho, afrontando:

2.6.3.2. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); A Súmula nº 331 do TST;

2.6.3.3. A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que recomenda a vedação da participação de cooperativas quando houver desvirtuamento de sua finalidade e riscos trabalhistas à Administração Pública.

2.6.4. Garantia da Responsabilidade Técnica e Contratual

2.6.4.1. Ao vedar a participação de cooperativas, busca-se garantir que a contratada:

2.6.4.2. Assuma integralmente os riscos contratuais, inclusive com relação à qualidade e prazos de execução;

2.6.4.3. Tenha capacidade técnica e administrativa para responder por seus profissionais;

2.6.4.4. Mantenha vínculo jurídico adequado com os executores dos serviços, garantindo o cumprimento das obrigações previstas no contrato.

2.6.4.5. Diante da natureza especializada e sensível dos serviços envolvidos, da exigência de responsabilidade técnica e contratual plena, bem como dos riscos trabalhistas e jurídicos decorrentes da contratação de cooperativas para atividades com subordinação e continuidade, justifica-se a vedação da participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativas nesta licitação, em consonância com a legislação vigente, jurisprudência do TCU e os princípios da legalidade, eficiência e segurança jurídica da Administração Pública.

## **2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO**

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que se verifica a necessidade de que o futuro contratado possua estrutura organizacional, capacidade técnica e

responsabilidade jurídica e fiscal compatíveis com a adequada execução do contrato, tal vedação se dá em razão de:

2.7.1.1. Exigência de emissão de documentos fiscais e recolhimento de tributos, obrigações que somente podem ser atendidas por pessoa jurídica regularmente constituída;

2.7.1.2. Cumprimento de encargos trabalhistas e previdenciários, inerentes à atividade contratada, cuja responsabilidade recai sobre a pessoa jurídica;

2.7.1.3. Garantia de continuidade da prestação dos serviços e da segurança jurídica da contratação, que não se asseguram plenamente em contratações realizadas com pessoa física.

2.7.1.4. Ademais, o art. 41 da Lei nº 14.133/2021 restringe a participação de pessoas físicas a situações específicas (como contratação de artistas, palestrantes e profissionais de notória especialização), não sendo o caso do presente objeto.

2.7.1.5. Dessa forma, justifica-se a vedação de participação de pessoa física no certame, em atendimento ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, aliado à necessidade de assegurar a execução regular e segura do contrato.

## **2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO**

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar e/ou produtor rural na presente licitação, uma vez que o objeto licitado demanda capacidade técnica, operacional, fiscal e jurídica que extrapola a atividade típica do agricultor familiar/produtor rural.

## **3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

### **3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO**

**3.1.1.** Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

**3.1.1.1.** Descrição Técnica do Controlador Central de Protocolo TETRA para o sistema de radiocomunicação da SDS:

**3.1.1.1.1.** O Controlador Central TETRA constitui o elemento núcleo da rede de radiocomunicação digital de missão crítica, responsável pela gerência, controle, sinalização, autenticação, roteamento de voz e dados, assegurando a operação integrada e ininterrupta de todos os elementos do sistema. Trata-se de equipamento indispensável para o pleno funcionamento de uma rede TETRA (Terrestrial Trunked Radio), conforme as especificações do ETSI (European Telecommunications Standards Institute), sendo responsável pela garantia de alta disponibilidade, confiabilidade, segurança e escalabilidade da infraestrutura.

#### **3.1.1.2. CONFORMIDADE NORMATIVA DO CONTROLADOR CENTRAL:**

a) Total aderência às normas ETSI EN 300 392-2, EN 300 392-3 e demais especificações técnicas TETRA aplicáveis.

b) Compatibilidade com funcionalidades TMO (Trunked Mode Operation) e DMO (Direct Mode Operation).



c) Suporte a integração com outras redes PMR (Professional/Private Mobile Radio), sejam elas de propriedade da SDS ou de parceiros, independente de fabricantes, mantendo as características de funcionalidade sugerida pela TCCA (The Critical Communications Association: Uma organização global dedicada a promover a comunicação crítica, especialmente para serviços de emergência e segurança pública).

d) Interoperabilidade comprovada com rádios e estações rádio-base de múltiplos fabricantes homologados

### **3.1.1.3. FUNCIONALIDADES AVANÇADAS DO CONTROLADOR CENTRAL:**

a) Gerenciamento de Chamadas: suporte a chamadas individuais, de grupo, de emergência, priorizadas e de difusão.

b) Serviços de Dados: Short Data Service (SDS), Status Messaging, Packet Data Optimized (PDO) e transmissão IP.

c) Handover Automático: transferência transparente de comunicação entre células sem perda de chamada.

d) Preempção Dinâmica: interrupção de chamadas de menor prioridade para garantir acesso de comunicações críticas.

e) Suporte Multinível: gestão de assinantes, grupos de conversação, perfis de acesso e tabelas de prioridade.

f) Integrações Avançadas: interface com telefonia fixa/móvel (PSTN/PABX), redes IP, sistemas de despacho, gravação de voz e plataformas CAD (Computer Aided Dispatch).

3.1.1.3.1. Sistema de gravação de voz composto de: servidor e software de gravação, gravador IP com capacidade para gravação de 120 canais encriptados simultaneamente, garantindo a gravação e armazenamento de no mínimo

150.000 (cento e cinquenta mil) horas para 120 (cento e vinte) grupos de conversação, supondo esses ocupados em 100% (cem por cento) do tempo, módulo processador de voz e estação de reprodução com licença de software para Playback;

3.1.1.3.2. Sistema de gerenciamento de chaves de encriptação através de interface aérea – OTAR (Over The Air Rekeying), com a função de enviar dados codificados aos terminais rádios através da interface aérea para a mudança da chave de criptografia. Esta deverá ser feita no menor tempo possível, ou seja, via aérea, por meio de ondas de Radio Frequência (RF), a fim de evitar prejuízos à atividade operacional, tempo perdido, mão de obra empregada de forma desnecessária, dentre outros. O processo de encriptação pelo ar (OTAR) deverá permitir a alteração das chaves de forma instantânea e simultânea, a partir de um único comando remoto.

3.1.1.3.3. Sistema de gerenciamento de programação / configuração através de interface aérea TETRA e/ou WIFI – OTAP (Over The Air Programming), com a função de enviar dados codificados aos terminais de rádio através da interface aérea, utilizando os parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definida no padrão, para a programação dos terminais de rádio, permitindo a alteração da programação de parâmetros de forma instantânea e simultânea, a partir de um comando remoto.

### **3.1.1.4. CAPACIDADE E ESCALABILIDADE DO CONTROLADOR CENTRAL:**

a) Arquitetura modular com possibilidade de expansão gradual, permitindo crescimento conforme a demanda de usuários.



- b) Capacidade mínima inicial de gerenciamento de 10.000 assinantes simultâneos e 120 grupos de conversação (a ser definido pelo contratante).
- c) Suporte a dimensionamento para cobertura estadual/regional, com escalabilidade para milhares de terminais ativos.
- d) Baixa latência operacional (< 500 ms em comutação de chamadas), adequada a operações de emergência.

**3.1.1.5. ALTA DISPONIBILIDADE E REDUNDÂNCIA:**

- a) Arquitetura carrier grade, projetada para disponibilidade mínima de 99,999% (cinco noves).
- b) Módulos críticos (processadores de chamada, interfaces de rede, fontes de alimentação) em configuração redundante N+1.
- c) Funções de failover automático em caso de falha de hardware ou software, sem impacto perceptível ao usuário final.
- d) Suporte a operação georredundante (site espelhado) em caso de expansão futura.

**3.1.1.6. SEGURANÇA E CONFIABILIDADE:**

- a) Autenticação mútua entre terminais e a infraestrutura de rede.
- b) Criptografia ponta a ponta baseada nos algoritmos TEA1, TEA2, TEA3 ou TEA4, conforme regulamentação nacional.
- c) Controle de acesso baseado em perfis de usuário e segregação de privilégios administrativos.
- d) Registro e auditoria detalhada de todos os eventos de rede, com logs exportáveis para sistemas de SIEM (Security Information and Event Management).

**3.1.1.7. GERÊNCIA E MANUTENÇÃO:**

- a) NMS (Network Management System) integrado, com acesso local e remoto via interface gráfica baseada em IP.
- b) Suporte a protocolos de gerência SNMP v3 ou superior, com segurança criptografada.
- c) Monitoramento em tempo real de desempenho, alarmes e métricas de utilização.
- d) Atualização de software over-the-air (OTA) e comutação segura de versões (rollback).
- e) Geração automática de relatórios estatísticos: uso de canais, taxa de ocupação, eventos de falha, indicadores de QoS.
- f) Desabilitação e habilitação de rádios remotamente via interface aérea;
- g) Desabilitação permanente de rádios;
- h) Checagem do status de um rádio: Verificar se rádio está ligado e registrado e verificar qual o talkgroup e site está afiliado;
- i) Sistema de gerenciamento e supervisão da infraestrutura dos sítios de repetição com as seguintes características e composição:
- j) 02 (duas) Estações de Trabalho tipo Desktop, com tela em tamanho suficiente para espelhar qualquer das aplicações descritas em tempo real sem perda de dados na tela;

k) Software de aplicação para gerência e monitoramento com interfaces gráficas coloridas e amigáveis, através da utilização de menus, ícones, operáveis através de mouse, recursos de clicar e arrastar, entre outros.

l) Visualização da planta completa dos sítios de repetição por meio de ícones georreferenciados, nomeados e de fácil visualização e gerenciamento;

m) Alarmes notificados por meio de listas e diretamente através do ícone correspondente ao sítio;

n) Itens a serem monitorados: Abertura de porta do abrigo ou gabinete, status da rede elétrica (CA) e respectivo medidor de energia, status e nível de tensão do banco de baterias do sistema retificador, status do balizamento noturno;

#### **3.1.1.8. INFRAESTRUTURA E REQUISITOS AMBIENTAIS:**

a) “Montagem em rack fechado padrão 19”, com ventilação redundante e módulos hot- swappable.

b) Fonte de alimentação dual AC/DC, compatível com UPS e banco de baterias.

c) Tolerância a faixas de temperatura entre 0°C a +45°C em operação contínua.

d) Compatibilidade com infraestrutura de data center, atendendo a normas de proteção elétrica, aterramento e climatização.

e) O sistema DEVE ser capaz de utilizar as redes LTE (Pública) e WiFi disponíveis para estender a cobertura TETRA.

f) Um usuário de rádio deve ser capaz de se comunicar via rede TETRA e banda larga usando o mesmo dispositivo.

g) Em um local sem cobertura TETRA, um dispositivo deve ser capaz de alternar automaticamente para uma rede de banda larga disponível.

h) A rede TETRA deve permanecer como a portadora preferencial para todas as comunicações críticas.

i) Ao se comunicar via banda larga, a comunicação deve continuar segura.

j) O sistema deve suportar recursos básicos de TETRA quando operando em banda larga, como Chamada em Grupo, Chamada Individual, Dados Curtos, Serviço de Localização e Serviço de Mensagens de Texto.

k) Um usuário de rádio deve ser autenticado antes de se conectar ao core da rede TETRA via redes de banda larga.

#### **3.1.1.9. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SISTEMA DE REPETIÇÃO – ERB DIGITAL COMPLETA:**

3.1.1.9.1. Todas as Erbs (itens 02 e 03 deverão ser equipamentos transmissores e receptores de sinais de radiofrequência, nas faixas estipuladas de tecnologia, com capacidade de retransmissão, autenticação e gerência de transceptores, com os recursos necessários para criptografia utilizada pela SDS/PE, que possibilite modo de operação troncalizado e capaz de operar em modo semi-duplex ou em modo full-duplex.

3.1.1.9.2. O item 02 deverá possuir 2 (duas) portadoras de comunicação instaladas;

3.1.1.9.3. O item 03 deverá possuir 4 (quatro) portadoras de comunicação instaladas;

#### **3.1.1.10. TODAS AS ERBS DEVERÃO:**

3.1.1.10.1. Ser conectadas através de conexão IP ao Controlador Central, ITEM 01 deste Termo de Referência, que será instalado na capital RECIFE, a fim de manter todas as funcionalidades do sistema adquirido, correspondendo a expansão de cobertura em Rádio Frequência para atendimento a necessidade operacional dos órgãos do Estado.

3.1.1.10.2. Ser equipadas de fábrica com canal de controle redundante que poderá assumir automaticamente no caso de falha do controlador ativo;

3.1.1.10.3. Os itens 02 e 03 devem ser capazes de suportar até 8 (oitos) portadoras de RF (31 canais de tráfego e 01 canal de controle) em cada estação. A adição de portadora de RF a uma ERB existente não deverá exigir nenhuma programação ou reprogramação adicional nas unidades de rádio.

3.1.1.10.4. Permitir operações em modo local.

3.1.1.10.5. Ter os equipamentos necessários para sua proteção contra raios e picos de tensão, curtos circuitos e alta tensão;

3.1.1.10.6. Gravar a comunicação das ERBs através de servidores existentes e operacionais no Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS).

3.1.1.10.7. Estar equipadas com um retificador apropriado e uma reserva de bateria com autonomia de no mínimo 6 (seis) horas de energia de reserva no caso de uma falha na alimentação principal.

3.1.1.10.8. Possuir capacidade de atualização futura ao tráfego de dados TEDS (Tetra Enhanced Data Service), conforme padrão TETRA definido pelo ETSI.

3.1.1.10.9. Devido possível operação com deslocamento de viaturas e utilização de múltiplas ERBs – Estações Rádio Base, a CONTRATADA deverá garantir que os transceptores do sistema possam se comunicar em seus Talk Groups com roaming, realizando assim a troca automática de canais, conforme o trajeto percorrido em qualquer ERB do sistema atualmente em operação e de sua expansão, objeto deste processo licitatório.

#### **3.1.1.11. CONFIGURAÇÕES:**

3.1.1.11.1. No caso do item 03, o sistema deverá permitir ERBs de um rack ou gabinete com 4 portadoras, com o sistema de RF associado e fontes de alimentação;

3.1.1.11.2. No caso dos itens 02 e 03, o sistema deverá permitir a combinação de dois racks (expansão) de ERB ou ser capaz de suportar até 8 portadoras num local;

3.1.1.11.3. No caso dos itens 02 e 03, a Estação Repetidora pode ser projetada para instalação outdoor/rooftop, ou seja, instalada na estrutura de Torre, Parede ou prédio, com o sistema de RF associado, e deve ser fornecido em conjunto com a Estação Repetidora, gabinete para acomodar baterias e equipamentos de rede.

3.1.1.11.4. O sistema deverá permitir a alteração das chaves de criptografia pela funcionalidade OTAR (Over The Air Rekeying), através das repetidoras objeto desta licitação, com utilização de servidor integrado ao item I desta licitação.

3.1.1.11.5. O sistema do Item 02 deverá oferecer no mínimo a diversidade dupla de recepção de radio frequência em cada sitio de repetição;

3.1.1.11.6. O sistema do Item 03 deverá oferecer no mínimo a diversidade tripla de recepção de radio frequência em cada sitio de repetição;

3.1.1.11.7. O sistema deverá ter conexão com consoles de despacho em operação no CIODS;

3.1.1.11.8. O sistema deverá permitir o recebimento das localizações de rádios portáteis e viaturas equipadas com rádios TETRA com receptor de GPS e os identificar através de aplicação em operação no CIODS.

#### **3.1.1.12. BANDA DE FREQUÊNCIAS:**

3.1.1.12.1. A rede de rádio oferecida deverá operar na faixa de 380 MHz conforme canalização padrão da Res. 557/10 da ANATEL e deverá suportar a troncalização digital de padrão aberto TETRA;

3.1.1.12.2. O offset de canal deverá ser configurável.

#### **3.1.1.13. SENSIBILIDADE DO RECEPTOR:**

3.1.1.13.1. No caso do item 03, a sensibilidade estática dos transceptores individuais deverá ser no mínimo -119 dBm para uma BER (Bit Error Rate) de 4%;

3.1.1.13.2. No caso do item 02, a sensibilidade estática dos transceptores individuais deverá ser no mínimo -117.5 dBm para uma BER (Bit Error Rate) de 4%;

#### **3.1.1.14. EQUIPAMENTO DE RÁDIO:**

3.1.1.14.1. O item 03, deverá fornecer uma saída nominal de potência mínima de Tx de 20W, medidos após os sistemas acoplados;

3.1.1.14.2. O item 02, deverá fornecer uma Saída nominal de potência mínima de Tx de 20W, medidos após os sistemas acoplados;

3.1.1.14.3. Nos itens 02 e 03, a potência de saída deverá ser selecionável por estação em degraus de 2dB, com a potência mínima em pelo menos 28 dBm;

#### **3.1.1.15. ENTRADA DE ENERGIA PARA OS 04 NOVOS SÍTIOS DE REPETIÇÃO QUE TERÁ INFRAESTRUTURA DE TORRE COMPARTILHADA COM TERCEIROS.**

3.1.1.15.1. No caso dos 04 (quatro) novos locais de implantação de sítios de repetição em MORENO-PE, RECIFE-PE, ITAMARACÁ-PE e GOIANA-PE, deverá ser fornecido e instalado um padrão de entrada de energia elétrica de 60 A (sessenta amperes), de acordo com as normas da concessionária local, o qual deverá permitir a leitura externa, sem a necessidade de acessar o interior do cercamento do local;

3.1.1.15.2. A instalação do padrão de energia deve ser adequada conforme a disposição local de torre e abrigo, prevendo posicionamento da haste de aterramento, caixa de inspeção e todos os outros itens normativos necessários para que a concessionária de energia local aprove a ligação de energia.

#### **3.1.1.16. ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TODOS OS SITES**

3.1.1.16.1. Para a implantação das Estações Rádio Base, também deve ser executada pela CONTRATADA, adequação da infraestrutura de apoio existente, para permitir o perfeito funcionamento da ERB, como sistema de aterramento para os equipamentos e cabos de RF, encaminhamento de cabos, alvenaria, infraestrutura de cabeamento interno e/ou externo, quadro de distribuição geral de energia, entre outros que se julgar necessário para o padrão TETRA de missão crítica. Com relação a localização, o objeto terá atuação das localidades: RECIFE JORDÃO, CABO DE SANTO AGOSTINHO, IPOJUCA, CAMARAGIBE, PAULISTA, IGARASSU, MORENO, GOIANA, ITAMARACA e RECIFE CENTRO.

#### **3.1.1.17. OPERAÇÃO ALTERNATIVA:**

3.1.1.17.1. Todas as ERBs deverão passar automaticamente para o modo alternativo se a conexão com a Infraestrutura de Comutação e Gerenciamento falhar;

3.1.1.17.2. No caso de redundância de enlace, todas as ERB deverão primeiramente tentar estabelecer uma conexão para a Infraestrutura de Comutação e Gerenciamento em operação no CIODS pelo enlace redundante, antes de passar para a funcionalidade alternativa.

3.1.1.17.3. Todas as ERBs deverão informar automaticamente os terminais de rádio que estão operando no modo alternativo, permitindo assim que eles busquem sites alternativos que estejam conectados com a Infraestrutura de Comutação e Gerenciamento;

3.1.1.17.4. O modo alternativo das ERBs deverá suportar a criptografia da interface aérea classe 2 (chaves de codificação estáticas) ou criptografia aérea Classe 3 (chaves dinâmicas).

#### **3.1.1.18. FUNCIONALIDADES DO MODO ALTERNATIVO:**

3.1.1.18.1. Suportar chamadas em grupo;

3.1.1.18.2. Suportar chamadas prioritárias (enfileiramento);

3.1.1.18.3. Transmissão de mensagens curtas e de status;

3.1.1.18.4. Limitação do tempo de chamada configurável;

3.1.1.18.5. Suportar a troncalização local dos canais ativos na ERB.

#### **3.1.1.19. TELEMETRIA**

3.1.1.19.1. Os itens 02 e 03, deverão prever uma conexão de no mínimo 3 portas de entrada de alarmes, que fornecerão uma saída digital ou contato de relé, contendo obrigatoriamente os alarmes (fonte de alimentação, baterias em descargas, vandalismo, porta aberta, temperatura do gabinete) informando diretamente à gerência do sistema, geradas pelo próprio equipamento e integrada a gerência do sistema.

#### **3.1.1.20. SINCRONIZAÇÃO:**

3.1.1.20.1. Todas as ERBs deverão ser sincronizada via GPS ou por sincronização interna; entretanto, deverão continuar a fornecer todos os serviços e operar de acordo com as especificações em caso de falha do GPS em pelo menos 10 dias;

#### **3.1.1.21. AUTODIAGNÓSTICO:**

3.1.1.21.1. Todas as ERBs deverão ser capazes de monitorar a integridade do seu equipamento. Deverá ser possível realizar um diagnóstico de autoteste na ativação e durante a operação. O estado deverá ser facilmente observado através da combinação de LEDs ou via computador pessoal conectado ao repetidor.

3.1.1.21.2. Todas as ERBs deverão ser instaladas e colocadas em operação pela contratada, com todos os componentes necessários para o seu funcionamento.

3.1.1.21.3 Deverão contemplar serviço de manutenção corretiva e preventiva, pelo período e SLA conforme descrito nas Obrigações da Contratada.

#### **3.1.1.22. ANTENAS E SISTEMAS IRRADIANTES:**

3.1.1.22.1. Todas as antenas, suportes de antenas, cabos de RF, conectores, combinadores, filtros e demais elementos ativos e passivos dos sistemas de irradiação e recepção dos sinais de RF de todas as ERBs, serão de responsabilidade e fornecidos pela licitante vencedora do certame.

3.1.1.22.2. As antenas e sistemas irradiantes deverão possuir características que atendam com eficiência o funcionamento das ERBs ( $VSWR < 1,5$  e Potência máxima 250 Watts). Deverão ser consideradas como características mínimas, sem prejuízo das demais, os tipos de polarização, o plano de frequência e demais parâmetros que serão definidos no estudo de viabilidade técnica.

3.1.1.22.3. A Licitante vencedora do certame será responsável pelo fornecimento e instalação das antenas, deverá também fornecer os conectores, cabos de RF (cabos de RF flexíveis com no mínimo 7/8" de diâmetro), abraçadeiras, suportes, parafusos e porcas nas quantidades necessárias, bem como todo e qualquer outro material necessário à conexão entre a antena e o módulo de potência da ERB.

### **3.1.1.23. ABRIGO AUXILIAR E SUBSISTEMA DE REDE E ENERGIA DOS ITENS 02 E 03:**

3.1.1.23.1. Construído em chapa metálica galvanizada de alta resistência, com pintura epóxi para proteção contra corrosão.

3.1.1.23.2. Sistema de isolamento interno composto por espuma de poliuretano ou lã de rocha, proporcionando a regulação térmica e reduzindo a variação de temperatura interna.

3.1.1.23.3. A dimensão interna deverá ser suficiente para comportar os equipamentos e baterias necessárias para o funcionamento do SITE, com porta de acesso de segurança, ventilação natural e forçada,

3.1.1.23.4. Superfície tratada para evitar o desgaste causado pela exposição solar, chuva e outras intempéries. Sistema de drenagem eficiente para escoamento de água pluvial.

### **3.1.1.24. EQUIPAMENTOS DE REDE**

3.1.1.24.1. Roteador/Switch de Rede com Equipamentos de alto desempenho e redundância para garantir a continuidade da comunicação.

3.1.1.24.2. Sistema de Cabeamento estruturado para comunicação de dados e interconexão dos dispositivos, conforme normas de segurança e desempenho.

### **3.1.1.25. RETIFICADOR**

3.1.1.25.1. Retificador com capacidade de carga compatível com o consumo máximo dos equipamentos, com tolerância para picos de demanda. Sistema de monitoramento remoto para falhas e eficiência.

### **3.1.1.26. INVERSOR DE ENERGIA**

3.1.1.26.1. Inversor com capacidade de fornecer energia estável e eficiente para os equipamentos críticos do site, incluindo sistema de proteção contra sobrecarga e curto-circuito.

### **3.1.1.27. BANCO DE BATERIA**

3.1.1.27.1. Banco de baterias de íon-lítio ou chumbo-ácido, com capacidade de fornecer autonomia mínima de 06 a 08 horas, dependendo do consumo médio do site. Sistema de monitoramento para níveis de carga, temperatura e status das baterias.

3.1.1.27.2. Sistema redundante de baterias, com módulos substituíveis em caso de falhas, garantindo alta confiabilidade.

### **3.1.1.28. SISTEMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE**

3.1.1.28.1. Sistema de monitoramento via software de gestão, com alertas em tempo real sobre o status dos equipamentos (bateria, retificador, inversor, temperatura interna, etc.), disponível via interface web ou aplicativo móvel.



3.1.1.28.2. Sistema de ventilação com sensores para monitoramento da temperatura interna e controle automático.

3.1.1.28.3. Alarmes sonoros e visuais para falhas nos sistemas de energia, comunicação ou ventilação.

3.1.1.28.4. Acesso ao interior do abrigo por meio de uma porta de segurança, com chave codificada ou sistema biométrico para controle de entrada.

### **3.1.1.29. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

3.1.1.29.1. O abrigo pode ser integrado com painéis solares para otimizar a geração de energia renovável, reduzindo a dependência da rede elétrica e aumentando a autonomia do sistema.

3.1.1.29.2. Equipamentos de baixo consumo e gerenciamento de energia otimizado para prolongar a duração das baterias e reduzir custos operacionais.

### **3.1.1.30. CONFORMIDADE E CERTIFICAÇÕES**

3.1.1.30.1. Conformidade com as normas brasileiras e internacionais de segurança elétrica (ABNT NBR 5410, IEC 60364), eficiência energética e telecomunicações (ITU-T, ANATEL).

3.1.1.30.2. Equipamentos com certificação CE, UL, RoHS, conforme aplicável.

### **3.1.1.31. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA ESTAÇÃO DE DESPACHO COM AVL**

3.1.1.31.1. As estações de despacho e a interface usuário, deverão ser em idioma português (Brasil).

3.1.1.31.2. Deverá incluir equipamentos de hardware (PC) atualizado com sistema operacional e dois monitores de tela plana (led) de no mínimo 23".

3.1.1.31.3. Deverá incluir pelo menos dois alto-falantes, um microfone de mesa, um fone de ouvido e pedaleira de acionamento do PTT do microfone.

### **3.1.1.32. COMUNICAÇÃO DE VOZ INDIVIDUAL;**

a) Deverá suportar a realização de chamadas semi-duplex individuais dentro da rede do Despacho ao assinante do rádio

b) Deverá suportar a realização de chamadas semi-duplex individuais dentro da rede do Despacho a outro Despacho.

c) Deverá suportar a realização de chamadas semi-duplex individuais dentro da rede de um assinante do rádio a um Despacho.

d) Deverá suportar a realização de chamadas diretas individuais do Despacho ao assinante do rádio.

e) Deverá suportar chamadas individuais de/para PABX/PSTN.

f) Deverá conectar-se aos servidores existentes e em operação no CIODS.

3.1.1.32.1. O Despacho deverá ser capaz de receber uma chamada de Despacho ( Ex: um usuário de terminal de rádio inicia uma chamada individual para um número de grupo, todos os Despachos monitorando aquele grupo específico receberão o indicativo de chamada, quando alguns deles responder à chamada, ela desaparecerá de outros Despachos).

3.1.1.32.2. Comunicações individuais por voz deve ser um serviço para toda a rede e Despacho ofertado, pode realizar ou receber chamadas individuais de/para qualquer ponto da funcionalidade da rede.

3.1.1.32.3. O Despacho ofertado deverá suportar resposta a qualquer chamada individual de uma fila de chamadas

entrantes.

3.1.1.32.4. O Despacho ofertado deverá ser capaz de colocar em espera uma chamada individual em andamento e retirar da espera depois de realizar outras tarefas.

3.1.1.32.5. O Despacho ofertado deverá suportar Apresentação de Identificação de Chamadas (CLIP).

3.1.1.32.6. No Despacho ofertado, o usuário deverá ser capaz de selecionar o número da chamada individual discada, a partir de vários pontos da interface de usuário.

3.1.1.32.7. Do Despacho ofertado, deverá ser possível iniciar uma chamada de escuta ambiental para um terminal de rádio.

3.1.1.32.8. O Despacho ofertado deverá ter uma lista de chamadas individual anteriores.

3.1.1.32.9. O Despacho ofertado deverá ter uma lista de chamadas individuais discadas.

3.1.1.32.10. O Despacho ofertado deverá suportar a discagem de um assinante com MSISDN ou ISSI.

### **3.1.1.33. COMUNICAÇÃO DE VOZ EM GRUPO:**

a) O Despacho deverá suportar o recebimento de chamada de emergência endereçada individualmente usando comunicação semi-duplex;

b) Deverá suportar o recebimento de chamada de emergência de grupo (Despacho tem que monitorar o grupo de emergência);

c) Do Despacho o efeito de áudio da chamada de emergência deverá ser silenciável pelo usuário.

d) O Despacho deve abranger toda área de cobertura de Rádio Frequência do sistema inicial e sua ampliação, para despacho de voz em qualquer região do Estado onde haja cobertura.

e) A chamada de emergência iniciada deverá iniciar uma lista especial de usuários que estão em estado de emergência na tela do Despacho.

f) A chamada de emergência iniciada deverá ter um efeito claro, visível e audível na tela do Despacho.

g) O Despacho deverá suportar um parâmetro para habilitar ou desabilitar a liberação de uma chamada de emergência pelo terminal de rádio que tenha iniciado a chamada de emergência.

h) O Despacho deverá suportar que a chamada de emergência não possa ser removida do campo por um assinante de emergência se houver outro assinante em emergência na mesma chamada.

i) O Despacho deverá ser capaz de interromper o item de discurso em andamento nos terminais de rádio durante uma chamada de emergência se necessário.

j) O Despacho deverá ser capaz de silenciar todos os outros áudios entrantes exceto as chamadas de emergência selecionadas, se necessário.

### **3.1.1.34. MENSAGENS DE STATUS ATRAVÉS DO SISTEMA INICIAL E SUA AMPLIAÇÃO EM QUALQUER REGIÃO DO ESTADO ONDE HAJA COBERTURA:**

a) O Despacho deverá suportar o envio de mensagem de status para assinante individual de terminal de rádio.;



- b) O Despacho deverá suportar o envio de mensagem de status para outro Despacho individual.
- c) O Despacho deverá suportar o envio de mensagem de status para endereço de grupo.
- d) O Despacho deverá suportar o recebimento de mensagens de status de um assinante individual de Terminal de Rádio.
- e) O Despacho deverá suportar o recebimento de mensagens de status de outro Despacho individual.
- f) O Despacho deverá suportar o recebimento de mensagens de status de endereço de grupo.
- g) O Despacho deverá suportar a predefinição da mensagem de status.
- h) O Despacho deverá suportar a mensagem do status de pedido de retorno de chamada.
- i) Quando um Despacho recebe um pedido de retorno de chamada, deverá ser visualmente diferente de outras mensagens de status.

#### **3.1.1.35. MENSAGEM DE TEXTO**

- a) Deverá ser possível enviar mensagens de texto com no mínimo 140 caracteres de uma interface de usuário Despacho para endereços individuais;
- b) Deverá ser possível enviar mensagens de texto com no mínimo 140 caracteres de um Despacho para um endereço de grupo;
- c) Deverá ser possível enviar mensagens de texto com no mínimo 250 bytes para outro Despacho;
- d) Deverá ser possível receber mensagens de texto individualmente endereçadas para o Despacho ofertado.
- e) Deverá ser possível receber mensagens de texto endereçadas a grupo para o Despacho ofertado.
- f) Mensagens de texto deverá ser um serviço para toda a rede e o Despacho ofertado deverá suportar serviço de mensagens de texto para toda a rede da SDS-PE.

#### **3.1.1.36. RASTREAMENTO DE ASSINANTE**

- a) Do Despacho deverá ser possível rastrear e monitorar assinantes;
- b) A informação de rastreamento de assinante deverá ser atualizada automaticamente, não a base de requerimento;
- c) A informação seguinte deverá estar disponível com a funcionalidade de rastreamento de assinante, de cada assinante de rádio:
  - C.1) Registro do terminal de rádio no sistema;
  - C.2) Ocupação do terminal de rádio em uma chamada individual;
  - C.3) Qual grupo o terminal de rádio selecionou;
  - C.4) Para qual ERB no Estado de Pernambuco em operação, o Terminal de Rádio está atualmente registrado;
  - C.5) Informações de status de Terminais de Rádio com base em informações de status enviadas.

#### **3.1.1.37. FUNCIONALIDADES DE GERENCIAMENTO DE ASSINANTES (DE ESTAÇÕES DE TRABALHO AUTORIZADAS).**

3.1.1.37.1. Do terminal de gerenciamento ofertado, assinantes de rádio podem ser criados, modificados ou apagados. O proponente deverá indicar o cumprimento das seguintes funcionalidades e parâmetros que devem estar disponíveis para cada assinante de rádio:

- a) Número ITSI;
- b) Mnemônicos;
- c) Número MSISDN ou ISSI;
- d) Prioridade de assinante;
- e) Direito de realizar (ou não) uma chamada individual;
- f) Se houver o direito de fazer uma chamada individual, assinantes-alvo permitidos dentro da rede (por exemplo: organizações para a qual o assinante tem o direito de fazer chamada individual);
- g) Direito de realizar (ou não) uma chamada PTSN;
- h) Direito de realizar (ou não) uma chamada PABX;
- i) Direito de realizar (ou não) uma mensagem de texto e status;
- j) Se houver o direito de fazer uma chamada individual, assinantes-alvo permitidos dentro da rede (por exemplo: organizações para a qual o assinante tem o direito de fazer uma mensagem de texto ou status)

**3.1.1.38. FUNCIONALIDADES DE GERENCIAMENTO DE DESPACHO (DE ESTAÇÕES DE TRABALHO AUTORIZADAS).**

3.1.1.38.1. No Despacho ofertado, usuários de Despacho podem ser criados, modificados ou apagados. O proponente deverá indicar o cumprimento das seguintes funcionalidade e parâmetro para cada Despacho:

- a) Número ITSI da Estação de Trabalho;
- b) Mnemônicos;
- c) Número MSISDN ou ISSI da Estação de Trabalho;
- d) Direito de realizar (ou não) uma chamada individual. Se houver o direito de fazer uma chamada individual, assinantes-alvo permitidos dentro da rede (por exemplo: organizações para a qual o usuário do Despacho tem o direito de fazer chamada individual);
- e) Direito de realizar (ou não) uma chamada PSTN
- f) Direito de realizar (ou não) uma chamada PABX;
- g) Direito de realizar (ou não) uma mensagem de texto. Se houver o direito de fazer uma chamada individual, assinantes-alvo permitidos dentro da rede (por exemplo: organizações para a qual o usuário do Despacho tem o direito de fazer uma mensagem de texto).

**3.1.1.39. SISTEMA AUTOMÁTICO DE LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS (AVL)**

3.1.1.39.1. O sistema de comunicação de rádio troncalizado deverá interfacear com o sistema AVL para receber as informações de posicionamento do veículo a partir do equipamento AVL embarcado;

3.1.1.39.2. O sistema de comunicação de rádio troncalizado deverá interfacear com sistema AVL para enviar a solicitação de atualização do posicionamento do veículo para o equipamento AVL embarcado;

3.1.1.39.3. O sistema AVL deverá dispor de rastreamento preciso em tempo real de veículos para despachar as viaturas mais próximas para o local do incidente. As informações de localização do veículo pelo equipamento AVL veicular deverão ser transmitidas de volta ao CIODS através do rádio móvel do sistema de comunicação de rádio troncalizado. O sistema AVL deverá permitir que o CIODS monitore o deslocamento das viaturas em qualquer local de cobertura do Sistema de Comunicação de Rádio.

3.1.1.39.4. As Estações de Despacho com AVL devem ser instaladas e colocadas em operação pela contratada com todos os seus componentes necessários para o seu funcionamento, incluindo adequações elétricas necessárias.

3.1.1.39.5. Deverá contemplar serviço de manutenção corretiva e preventiva, pelo período e SLA conforme descrito nas Obrigações da Contratada.

#### **3.1.1.40. ENLACE DE RÁDIO MICROONDAS**

3.1.1.40.1. Par de componentes (enlaces) de conectividade redundantes entre a ERB e Unidade de Controle Local de transmissão e recepção de dados em banda larga sem fios, por ondas eletromagnéticas. Tipo bridge, OFDM MIMO, método de acesso em TDD. Capacidade de transmitir: mínimo de 200Mbps (com capacidade de expansão de até no máximo 1Gbps), na frequência de 4.9GHz e deverá possuir uma eficiência espectral mínima de 10bps/Hz.

3.1.1.40.2. A faixa de frequência de conectividade será de 4.910 a 4.990 MHz (Resolução ANATEL nº 633/14), licenciada para segurança pública.

3.1.1.40.3. A SDS - PE, como órgão de segurança pública possui isenção das taxas do FISTEL, descritas no art. 51 da Lei Geral de Telecomunicações, que altera o art. 13 da Lei nº 5.070/66, e desconto de 90% (noventa por cento) sobre os valores do Preço Público por Direito de Uso de Radiofrequência – PPDUR, conforme §4º do art. 11 da Resolução ANATEL nº 387/04, concedido aos Órgãos da Administração Direta Federal.

3.1.1.40.4. A comunicação de dados pelos componentes de conectividade deverá garantir capacidade de transmissão/recepção de 50 Mbps, no mínimo.

3.1.1.40.5. Os componentes de conectividade deverão possuir recursos de segurança e criptografia da transmissão de dados, sendo no mínimo, autorização de conexão baseada no MAC Address e criptografia AES128, ou melhor.

3.1.1.40.6. Os componentes de conectividade deverão ter potência de transmissão mínima de 21 dBm e antenas direcionais com ganho, mínimo, de 30 dBi, na frequência apropriada garantindo margens de 20dB para silenciamento.

3.1.1.40.7. As antenas devem ser projetadas para a faixa de frequência apropriada, impedância de entrada de 50 ohms, VSWR menor que 1.5, potência máxima de operação de, no mínimo 50 watts, com unidade conectorizada para antena externa.

3.1.1.40.8. Os componentes de conectividade devem ter conector para antena externa, caso possua antena integrada dentro das especificações descritas.

3.1.1.40.9. Os componentes de conectividade deverão possuir a capacidade de operação com visibilidade segundo norma ITU para o 1º(primeiro) raio de Fresnel de acordo com a faixa exclusiva para Segurança Pública, para distâncias de até 65 (sessenta e cinco) quilômetros.

3.1.1.40.10. Os componentes de conectividade deverão possuir latência de 1 a 3 ms e manter baixa latência para até três rotas consecutivas (dois saltos), permitir operar em ambientes nLOS (sem linha de visada), permitir também VLAN:802.1Q, 802.1P.

3.1.1.40.11. Os enlaces de rádio microondas devem ser entregues e instalados, configurados e testados pela contratada.

3.1.1.40.12. Deverá contemplar serviço de manutenção corretiva e preventiva, pelo período e SLA conforme descrito nas Obrigações da Contratada.

3.1.1.40.13. São considerados inclusos os materiais para perfeita instalação dos componentes de conectividade, dentre eles, cabos coaxiais e/ou UTP, conectores, switches L3 16 portas (em cada ERB), conectores RJ45, conectores de RF kits de montagem e suportes para fixações das antenas em torres ou outros materiais necessários.

3.1.1.40.14. O equipamento de rádio microondas deverá estar ligado nas baterias.

#### **3.1.1.41. SISTEMA DE MONITORAMENTO (CFTV) DO SÍTIO**

3.1.1.41.1. Deverá ser baseado na utilização de câmera de vídeo com tecnologia Digital IP, fixada em braço metálico a 10 metros de altura na torre.

3.1.1.41.2. Características mínimas da câmera que estará conectada e configurada ao DVR/NVR híbrido:

a) Câmera Externa para fixação na Torre (a 10 (dez) metros de altura), Sensor de imagem tipo CMOS, de no mínimo 1/3", resolução máxima de vídeo de 1.280 x 960 pixels, permitir faixa dinâmica ampla, tipo Dia e Noite efetivo, iluminação mínima em modo colorido de 0,2 lux (F1.6), PTZ Pan de 360 Pan-Flip (0º até aproximadamente 350º), PTZ Tilt de -30º até aproximadamente 90º, PTZ Zoom Óptico de 36x, campo angular de visão mínimo de 3º até aproximadamente 50º Horizontal e de cerca 3º até aproximadamente 40º Vertical, temperatura ambiente operacional de aproximadamente +60º C, codec de vídeo H.264 / MPEG-4 / JPEG, Dual Stream configurável, áudio bidirecional, permitir inserção de cartão de memória SDHC / SD (com cartão de memória (32 gb) fornecido pela CONTRATADA e configurado para gravação redundante), alimentação elétrica 24V AC / PoE, permitir fluxo duplo H.264 / MPEG-4 / JPEG, com caixa de proteção Classificação IP66, com fornecimento de braço metálico de 1 m (metro) com pintura epóxi, instalação completa tanto para ferragem como elétrica e cabeamento de comunicação da câmera.

3.1.1.41.3. Deverá ser instalado, fixado em RACK 19" e configurado 01 (um) DVR/NVR híbrido (pentaplex), em cada sítio, compatível com as câmeras e o servidor, tendo as seguintes características:

a) Possibilidade de gravação local ou via rede LAN;

b) 01 (um) HD SATA de 01 TB instalado e configurado para gravação local das imagens;

c) Possibilidade de controle PTZ local e remotamente via rede TCP/IP;

d) Com no mínimo 04 canais BNC para entradas analógicas e com entradas de câmera IP;

e) Com a possibilidade de controle de banda na rede LAN/WAN;

f) Com possibilidade de compactação H.264 e/ou MJPEG-4;

g) Com sistema operacional embutido;

h) Com software (fornecido com suas licenças) para monitoramento das câmeras locais e que permita monitoramento remotamente (compatível com o servidor);

i) Deverá estar interligado e configurado através da ethernet;

j) Deverá possuir sistema de detecção de movimento.

3.1.1.41.4. Sistema de Controle e Monitoramento através de Central de Alarmes.

3.1.1.41.4.1. Deverá ser fornecido, configurado através da rede de enlace microondas e instalado 01 (uma) central de alarme monitorada remotamente, completa com no mínimo 10 (dez) zonas (com possibilidade de zona sem fio), composta por sensores de presença com 8 (oito) elementos piroelétricos, com as seguintes características:

a) Proteção RFI e EMI;

b) Compensação automática de temperatura;

c) Com suporte para montagem incorporado;

d) Tensão de alimentação de 7,8 a 16 VDC;

e) Carga de saída de NA = Normalmente Aberto (Normally Open);

3.1.2. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente, as Normas internacionais do padrão TETRA. O núcleo do sistema TETRA é definido pelo ETSI, que estabelece toda a arquitetura, protocolos e interfaces. Principais normas ETSI (família TETRA) ETSI EN 300 392. Norma central do TETRA: Interface aérea (rádio), Comunicação de voz e dados, Criptografia, Mobilidade e handover.

### 3.2. GARANTIA DO OBJETO

3.2.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 36 (TRINTA E SEIS) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retro citado.

3.2.2. A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3. Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência;

3.2.4. O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias;

3.2.4.1. Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituto deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento;

3.2.4.2. Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE:

a) Para o funcionamento da ERB, Itens 02 e 03: Em caso de problema ou incidente, que afete a operação o mesmo deverá ser solucionado em até 12 (doze) horas.

b) Para o Controlador central, Item 01: Em caso de problema ou incidente, que afete a operação o mesmo deverá ser solucionado em até 2 (duas) horas.

c) Para as e estações de despacho, Itens 04: Em caso de problema ou incidente, que afete a operação o mesmo deverá ser solucionado em até 04 (quatro) horas.

d) Para os enlaces de Micro-ondas, Item 05: Em caso de problema ou incidente, que afete a operação o mesmo deverá ser solucionado em até 12 (doze) horas.

3.2.5. A garantia dos equipamentos não poderá ser condicionada à exclusividade de manutenção pelo fornecedor, devendo permanecer válida desde que os serviços sejam executados por profissionais ou empresas tecnicamente qualificados, observadas as especificações técnicas do fabricante.

### 3.3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1. A entrega dos bens será realizada de forma futura e integral, em remessa única, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento acompanhados da Nota de Empenho.

3.3.2. A entrega será realizada na CERCPAT da SDS, no endereço abaixo especificado, mediante agendamento prévio através do telefone (81) 3183-5686, no horário das 8h às 17h e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira ou pelo e-mail: [ntel.ciods@sds.pe.gov.br](mailto:ntel.ciods@sds.pe.gov.br), onde os materiais serão conferidos e recebidos.

3.3.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.3.4. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente, e atesto do pleno funcionamento na rede da SDS/PE;

b.1.) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;



3.3.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 05 dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

##### **4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O valor estimado global da contratação é de **R\$ 20.572.839,06 (vinte milhões quinhentos e setenta e dois mil e oitocentos e trinta e nove reais e seis centavos)**.

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

##### **4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 44905206 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

##### **4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens/lotos forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há itens de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui lote exclusivos à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

4.3.3. Em relação ao inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, em que pese os valores do lote sejam superiores à 80 mil reais cada, a natureza desses bens não é divisível, restando, assim,

prejudicada a divisão do presente objeto em cotas reservadas para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.4. Uma vez que os preços estimados dos lotes deste processo superam individualmente o valor da receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006), não serão aplicados a tais itens os benefícios presentes nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 5º ao 7º do Decreto nº 45.140/2017, por disposição expressa no inciso I, do § 1º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

## **5. DA LICITAÇÃO**

### **5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA**

5.1.1. O objeto será executado por meio do regime de FORNECIMENTO COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO / POR LOTE.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que:

a) Modalidade: Pregão Eletrônica foi escolhida por se tratar de contratação de objeto de maior relevância com a maioria dos equipamentos fabricados em países estrangeiros, possibilitando a participação de quaisquer interessados que atendam às condições fixadas no edital, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A forma eletrônica amplia a competitividade, promove maior transparência, assegura a isonomia entre os licitantes e estimula a obtenção de propostas mais vantajosas.

b) Critério de julgamento: Menor Preço revela-se o mais compatível com o objeto da contratação, considerando que os requisitos técnicos mínimos estão previamente definidos no Termo de Referência, sendo suficiente a análise objetiva das propostas para aferir a vantajosidade, conforme dispõe a legislação.

c) Modo de disputa: Aberto foi adotado por favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa, garantindo ambiente competitivo, dinâmico e transparente, possibilitando aos licitantes a formulação de lances sucessivos e a Administração à contratação em melhores condições.

### **5.2. PROPOSTA**

#### **5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independentemente de declaração da licitante.

#### **5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA**



5.2.2.1. Para o lote único a proposta enviada deverá ser acompanhada(s) do(s) seguinte(s) documento(s): Fichas Técnicas (Data Sheets) e Catálogos Oficiais do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhados de tradução simples, que comprovem o atendimento integral às especificações deste Termo de Referência, documentos estes por meio dos quais será verificada a conformidade técnica da proposta.

### **5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO**

#### **5.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

5.3.1.1. Ato de autorização para o exercício da atividade de radiocomunicação, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos do art. 131 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações).

#### **5.3.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.3.2.1.. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA, em plena validade;

5.3.2.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.2.3. Será considerada compatível em características, a experiência anterior no fornecimento de sistemas ou equipamentos de radiocomunicação digital de tecnologia semelhante ou superior, que demonstrem a capacidade da licitante em operar com protocolos de comunicação profissional e redes troncalizadas.

5.3.2.4. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 30% (trinta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada LOTE, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um LOTE;

5.3.2.5. Para fins de aferição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.2.5.1. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades em atestados, por refletir a complexidade e a dimensão do objeto, assegurando experiência mínima necessária à execução contratual, sem restringir a competitividade do certame, em conformidade com o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **5.3.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

5.3.3.1. Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social Mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote único.

5.3.3.2. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, este deve apresentar o somatório dos valores de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo de cada consorciado, constituindo- se de um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante

individual, não sendo tal acréscimo aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

5.3.3.3. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante

5.3.3.4. A adoção dos índices acima se mostra suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, uma vez que permitem aferir a saúde econômico-financeira das empresas participantes, garantindo que disponham de condições para honrar os compromissos assumidos no contrato. Ademais, os seus valores iguais ou superiores a 1 (um) foram adotados para o presente certame, pois refletem parâmetros razoáveis e proporcionais à complexidade do objeto, atendendo ao disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

## 6. DO REGISTRO DE PREÇOS

### 6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, incisos III e V, do Decreto nº 54.700/2023, uma vez que o objeto poderá atender a mais de um órgão ou entidade da Administração, bem como por se tratar de medida conveniente à Administração, visto que as características do objeto e da necessidade de garantir maior padronização e racionalização das contratações.

## **6.2. ÓRGÃO GERENCIADOR**

6.2.1. A Secretaria de Defesa Social é o órgão gerenciador deste Registro de Preços.

## **6.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

6.3.1. A Secretaria de Defesa Social é o único órgão participante deste Registro de Preços;

## **6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

## **6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

6.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

## **6.6 PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO**

6.6.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência

6.6.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3183-5076, e-mail: segi@sds.pe.gov.br, para autorização.

## **6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA**

6.7.1. As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

## **6.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA**

6.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

## **7. DO CONTRATO**

### **7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO**

7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 8 (meses), contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item 3.2 deste Termo de Referência.

## **7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

7.2.1. O Detentor da Ata será convocada para a assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

## **7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

7.3.1. As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

## **7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

7.4.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:

- a) entregar o sistema devidamente regularizado e com todas as autorizações necessárias que possibilitem a operação do sistema dentro dos parâmetros indicados no Projeto Técnico conforme preceitua a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) e de acordo com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Tal atividade deverá compreender, no mínimo:
- b) Formalizar junto a ANATEL o pedido de autorização de uso das frequências de rádio pelo prazo máximo permitido;
- c) Efetuar o pagamento total de todas as taxas e encargos obrigatórios e necessários ao licenciamento para exploração dos serviços de telecomunicações pelo máximo prazo permitido;
- d) Após a emissão de autorização junto a ANATEL, quitar o boleto referente Preço Público pelo direito e Uso de Radio frequência – PPDUR – de forma integral e em parcela única;
- e) Realizar o cadastro na plataforma MOSAICO ou outra adotada pela ANATEL para as ERBs, terminais fixos, móveis e portáteis;
- f) Emitir e entregar à SDSPE as respectivas licenças para funcionamento.

## **7.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.5.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.2. A manutenção do percentual de 5% fundamenta-se no Art. 98 da Lei 14.133/2021, sendo necessária devido ao alto vulto e à complexidade tecnológica do objeto. Por se tratar de sistemas vitais à segurança

pública, a exigência assegura a solidez financeira da contratada e o fiel cumprimento das obrigações. Tal medida visa mitigar riscos de inadimplência em projeto de elevado impacto social, garantindo à Administração meios céleres de ressarcimento. Assim, protege-se o interesse público sem criar barreiras injustificadas à competitividade.

7.5.3. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

## **7.6. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.6.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que a execução integral do contrato demanda controle direto pela Administração sobre a empresa contratada, sendo necessária a preservação da qualidade, da segurança e da continuidade dos serviços, além da responsabilidade técnica e jurídica exclusiva do contratado. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

## **7.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do [ntelciods@sds.pe.gov.br](mailto:ntelciods@sds.pe.gov.br), sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: R. Coelho Leite, 393 - Santo Amaro - Recife - PE, 50100-140.

7.7.4. Gestão da contratação ficará a cargo da Gerência Geral do Centro Integrado de Operações de Defesa Social -

CIODS.

7.7.5. A Fiscalização da contratação ficará a cargo do Núcleo de Telecomunicações do Centro Integrado de Operações de Defesa Social - CIODS.

## **8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO**

8.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

## **9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS**

### **9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO**

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata de registro de preços serão previstas no Edital do presente certame.

## **9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA**

**9.2.1.** As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a execução da ATA e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata de registro de preços serão previstas no Edital do presente certame.

## **9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO**

9.3.1. Além das sanções que serão dispostas na minuta do contrato, são requeridas as seguintes sanções específicas na presente contratação:

9.3.1.1. Aplicação de multa moratória e/ou sancionatória no percentual de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor global do Contrato, observado o piso mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser imposta à CONTRATADA na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no subitem 7.4.1, alínea “a”, bem como no caso de cumprimento intempestivo da respectiva obrigação, mediante entrega realizada fora do prazo estabelecido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis e da apuração de perdas e danos eventualmente decorrentes;

9.3.1.2. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor global do Contrato, na hipótese de não formalização tempestiva, perante a ANATEL, do pedido de autorização de uso das radiofrequências, nos termos do subitem 7.4.1, alínea “b”;

9.3.1.3. Multa compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, na hipótese de inadimplemento, atraso ou pagamento parcial das taxas, preços públicos, contribuições e demais encargos obrigatórios necessários ao licenciamento para exploração dos serviços de telecomunicações, previstos na alínea c do subitem 7.4.1, sem prejuízo da obrigação de regularização imediata;

9.3.1.4. Multa compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, caso a CONTRATADA deixe de promover a quitação integral e em parcela única do boleto referente ao Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência – PPDUR, ou o faça fora do prazo regulamentar, conforme alínea d do subitem 7.4.1, respondendo ainda por encargos adicionais eventualmente incidentes;

9.3.1.5. Advertência formal, cumulada, se necessário, com multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, em razão da ausência, atraso ou inconsistência no cadastramento das ERBs, terminais fixos, móveis e portáteis na plataforma MOSAICO, ou sistema oficial equivalente adotado pela ANATEL, na forma do subitem 7.4.1 alínea e;

9.3.1.6. Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do Contrato, em caso de não emissão, não entrega, entrega parcial, vencida ou irregular das licenças, autorizações, certificados ou documentos necessários ao regular funcionamento dos equipamentos e serviços, nos termos da alínea f do subitem 7.4.1.

## **10. DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO FORNECIMENTO**

### **10.1. DA MANUTENÇÃO ABERTA, DIREITO DE REPARO, INTEROPERABILIDADE TÉCNICA E LIMITAÇÃO DE CUSTOS FUTUROS.**



**10.1.2.** Caberá à Administração Pública, ao término do período de garantia do objeto contratado, fixado em 36 (trinta e seis) meses, e uma vez verificada a necessidade de continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva indispensáveis à plena operacionalidade dos equipamentos, instaurar o competente processo administrativo para a realização de nova licitação ou adoção de outro instrumento juridicamente admissível, nos termos da legislação vigente, com vistas a assegurar a continuidade do serviço, a vantajosidade da contratação e a supremacia do interesse público.

**10.1.3.** Fica expressamente vedada a imposição, pela Contratada, fabricante ou representante autorizado, de cláusulas, condições, mecanismos, exigências ou restrições de natureza técnica, contratual, lógica, eletrônica, digital, tecnológica ou operacional que, direta ou indiretamente, limitem, restrinjam, dificultem, onerem indevidamente ou impeçam a Administração de contratar terceiros para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para o fornecimento de peças, acessórios, módulos, atualizações ou soluções equivalentes, após o período de garantia do objeto.

**10.1.4.** Configura prática incompatível com os princípios que regem as contratações públicas em especial os da competitividade, isonomia, economicidade, eficiência a adoção de quaisquer medidas que acarretem dependência tecnológica, comercial ou operacional da Administração em relação ao fornecedor originalmente contratado, inclusive por meio de bloqueios sistêmicos, utilização de senhas exclusivas, chaves proprietárias, licenças restritivas, protocolos fechados, negativa injustificada de acesso a informações técnicas, limitação artificial de compatibilidade ou quaisquer expedientes de efeito equivalente.

**10.1.5.** A eventual alegação de exclusividade técnica relativa à manutenção, reparo, atualização, substituição de peças, componentes, software, firmware, ferramentas ou procedimentos somente será admitida mediante comprovação formal por documentação oficial idônea do fabricante ou laudo técnico circunstanciado, que demonstre, de forma objetiva, inequívoca e auditável, a impossibilidade de execução por terceiros tecnicamente qualificados, sem prejuízo da análise crítica e do juízo discricionário da Administração.

**10.1.6.** Na hipótese de futura contratação dos serviços de manutenção por meio de novo certame ou instrumento congênere, a contratada originária obriga-se a prestar integral cooperação à Administração no processo de transição operacional, devendo disponibilizar, tempestivamente, todas as informações técnicas, registros, históricos de manutenção e demais elementos necessários à continuidade do objeto, sendo vedada a adoção de qualquer conduta comissiva ou omissiva que possa obstar, retardar, dificultar ou inviabilizar a assunção dos serviços por nova contratada regularmente selecionada, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**10.1.7.** Após o término do período de garantia do objeto contratado, o eventual e futuro contrato administrativo a ser celebrado para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, seja com o fornecedor originário, fabricante, representante autorizado ou qualquer terceiro legalmente contratado para essa finalidade, não poderá exceder, em sua estimativa anual de custos, o limite correspondente a **15% (quinze por cento)** do valor global atualizado do contrato de fornecimento, devendo ser observados os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência, vantajosidade e proporcionalidade, mediante prévia justificativa técnica, demonstração de adequação orçamentária e regular instrução do respectivo processo administrativo.

## 10.2. DAS VEDAÇÕES

10.2.1. Consideram-se, para os fins deste Termo de Referência, práticas vedadas:

10.2.1.1 Fica expressamente vedado ao fornecedor ou fabricante impor qualquer mecanismo que gere dependência tecnológica, comercial ou operacional da Administração Pública, bem como qualquer restrição técnica ou contratual que impeça, limite ou dificulte a realização de manutenção preventiva ou corretiva por empresas ou profissionais tecnicamente qualificados.

10.2.1.2 A adoção de bloqueios eletrônicos, lógicos, criptográficos ou de software que impeçam ou dificultem a realização de manutenção por terceiros tecnicamente qualificados;

10.2.1.3. A restrição de acesso a sistemas, interfaces, softwares, firmwares, parâmetros, códigos, rotinas de diagnóstico, registros de falha, ferramentas de configuração ou quaisquer recursos técnicos necessários à inspeção, manutenção, reparo ou restauração do equipamento;

10.2.1.4. Exigência de ferramentas proprietárias de uso exclusivo, indisponíveis no mercado ou sem justificativa técnica idônea;

10.2.1.5. Condicionamento contratual que restrinja a manutenção exclusivamente ao fabricante ou à empresa fornecedora;

10.2.1.6 A imposição de cláusula, condição comercial ou exigência operacional que restrinja a execução da manutenção exclusivamente ao fabricante, fornecedor, representante autorizado ou empresa por estes designada.

10.2.1.7 A estipulação de perda automática da garantia em razão da realização de manutenção por empresa ou profissional tecnicamente qualificado pelo fabricante;

10.2.1.8 A cobrança de valores excessivos, desproporcionais ou incompatíveis com os preços de mercado para serviços de manutenção, suporte, atualização, peças ou componentes.

### **10.3. VEDAÇÃO A LOCK-IN TECNOLÓGICO**

10.3.1. O fornecimento dos equipamentos não poderá resultar em lock-in tecnológico, entendido como qualquer mecanismo técnico, contratual ou operacional que gere dependência permanente da Administração em relação ao fornecedor ou fabricante para manutenção, atualização ou substituição de componentes.

### **10.4. DAS CONDIÇÕES DIVERSAS**

10.4.1. Nos termos do princípio do direito de reparo (right to repair) e da interoperabilidade técnica, o fornecedor deverá assegurar que os equipamentos fornecidos:

- a) permitam a realização de manutenção preventiva e corretiva por terceiros qualificados;
- b) possibilitem acesso às rotinas de diagnóstico, parâmetros técnicos e interfaces necessárias à manutenção;
- c) não contenham mecanismos artificiais de bloqueio ou limitação técnica à manutenção independente;
- d) sejam compatíveis, sempre que tecnicamente possível, com peças, componentes e insumos disponíveis no mercado.



10.4.2. O fornecedor deverá ainda disponibilizar ou assegurar acesso à documentação técnica necessária à manutenção, incluindo, quando aplicável:

- a) Manuais de operação e manutenção;
- b) Diagramas técnicos e esquemas funcionais;
- c) Listas de peças e componentes substituíveis;
- d) Procedimentos de diagnóstico e calibração;
- e) Instruções de atualização de software ou firmware necessárias ao funcionamento do equipamento.

A garantia dos equipamentos não poderá ser condicionada à exclusividade de manutenção pelo fornecedor, devendo permanecer válida desde que os serviços sejam executados por profissionais ou empresas tecnicamente qualificados, observadas as especificações técnicas do fabricante.

10.4.3. O fornecedor deverá assegurar que os equipamentos:

- a) Sejam baseados em arquitetura aberta ou interoperável, sempre que tecnicamente possível;
- b) Permitam integração com sistemas, ferramentas ou componentes disponíveis no mercado;
- c) Não contenham restrições artificiais que limitem a concorrência na contratação futura de serviços de manutenção ou fornecimento de peças.

10.4.4. A Administração Pública reserva-se o direito de contratar livremente serviços de manutenção preventiva ou corretiva com quaisquer empresas especializadas, sempre que entender mais vantajoso ao interesse público.

## **10.5. DA INDEPENDÊNCIA DE MANUTENÇÃO E MERCADO DE PEÇAS**

10.5.1. Com o objetivo de preservar a competitividade, economicidade e autonomia da Administração Pública na gestão e manutenção dos equipamentos, o fornecimento dos bens não poderá gerar dependência tecnológica, comercial ou operacional em relação ao fornecedor ou ao fabricante.

10.5.2. O fornecedor deverá assegurar que os equipamentos fornecidos possam ser mantidos, reparados ou atualizados por empresas ou profissionais tecnicamente qualificados, independentemente de vínculo com o fabricante.

10.5.2.1. Para tanto, os equipamentos deverão atender às seguintes condições mínimas:

- a) Disponibilidade de peças de reposição e componentes no mercado, em condições razoáveis de acesso, por período compatível com a vida útil estimada do equipamento;
- b) Possibilidade de aquisição de peças e componentes por terceiros, sem restrições contratuais ou técnicas que condicionem a compra exclusivamente ao fornecedor ou ao fabricante;
- c) Inexistência de bloqueios tecnológicos ou restrições artificiais que impeçam a substituição de peças ou componentes por equivalentes tecnicamente compatíveis;
- d) Acesso às informações técnicas necessárias à manutenção, incluindo manuais, diagramas, listas de peças e procedimentos técnicos;

e) Inexistência de cláusulas de exclusividade de manutenção, salvo em casos de comprovada exclusividade técnica devidamente demonstrada.

10.5.3. Caso se verifique, durante a execução contratual, a existência de restrições indevidas ao acesso a peças ou informações técnicas, a Administração poderá exigir a remoção da restrição ou a disponibilização das informações necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

10.5.4. O descumprimento dessas condições poderá caracterizar inexecução contratual, sujeitando o fornecedor às penalidades previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.

#### **ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C - Estudo Técnico Preliminar - ETP

Anexo D- Quadro Resumo

Recife, 29 de abril de 2026.

Servidor responsável pela aprovação do Termo de Referência:

ALEXANDRE **TAVARES** DE OLIVEIRA SILVA - CEL RRPM

CARGO: Gerente Geral do CIODS

MATRÍCULA: 920506305

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência:

JAMERSON **ARAÚJO** DE OLIVEIRA

Núcleo de Telecomunicações CIODS

Matrícula: 104.771-0

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD

27/06/2025

## ANEXO A

### MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO n° \_\_\_\_\_

#### OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

#### VALOR:

#### PRAZO DE ENTREGA:

#### LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

#### SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º **90222/2026** e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

**OBSERVAÇÃO:** No caso de fornecimento com entrega imediata em que o instrumento de contrato for dispensado, as infrações e sanções gerais e específicas encontram-se no Termo de Referência.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

## ANEXO B

### MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

LOTE ÚNICO						
Itens	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
5				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO:						

A validade da proposta será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Data/Nome e assinatura do responsável

**ANEXO C**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Identificação do requisitante

Número SEI: **3900009130.000003/2026-70**

Órgão/Entidade: Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: Centro Integrado de Operações de Defesa Social

Responsável / Equipe de planejamento da demanda: ALEXANDRE **TAVARES** DE OLIVEIRA SILVA - CEL RRPM;  
JAMERSON **ARAÚJO** DE OLIVEIRA 2º SGT PM.

Contato do responsável: Fone (81) 3412.8295 E-mail institucional: [ciods.secretaria@sds.pe.gov.br](mailto:ciods.secretaria@sds.pe.gov.br)

**PREÂMBULO**

Em conformidade com os dispostos do Decreto Estadual nº 53.384/2022, a presente demanda busca o registro de preços para a futura contratação em função da necessidade de aquisição de Sistema da SDS de Radiocomunicação Digital Terrestre Trunked Radio (TETRA), que doravante passará a se chamar TETRA, a fim de atender o Centro Integrado de Operações e Defesa Social, uma vez que a meta prioritária do Governo do Estado de Pernambuco visa à melhoria das instalações dos órgãos de Segurança Pública, este Centro Integrado de Operações de Defesa Social foi incumbido em desenvolver um novo padrão de qualidade para a prestação de serviços à sociedade. Entenda-se como tal, a modernização do sistema de radiocomunicação TETRA, utilizado pelas operativas, a saber, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Defesa Civil, permitindo um melhor atendimento à população pela integração das Operativas nas respectivas ocorrências, permitindo o atingimento das METAS DO PLANO DE SEGURANÇA que visa, principalmente, a prevenção de homicídios, mas também cuida de um conjunto de crimes que despertam insegurança na população, e uma política pública baseada em modelo de gestão que prevê o monitoramento permanente das ações e resultado das suas unidades operativas.

Com o advento da digitalização, as funções de controle, gestão e processamento antes executadas diretamente pelos equipamentos de radiocomunicação passaram, em grande medida, a ser realizadas por softwares dedicados, hospedados e processados em servidores interconectados por redes de transporte de dados estrutura análoga à dos sistemas modernos de Tecnologia da Informação (TI). Os Sistemas de radiocomunicação atualmente disponíveis no mercado passaram por significativa evolução tecnológica nas últimas décadas, marcada pela transição da tecnologia analógica para plataformas digitais. Essa transformação abrange tanto a transmissão de radiofrequência entre os usuários quanto à infraestrutura de rede interna, que passou a operar com base em protocolos de Internet (Internet Protocol – IP), permitindo maior integração, escalabilidade e eficiência na gestão dos sistemas.

Tal avanço tecnológico resultou em expressivos ganhos operacionais para os órgãos de segurança pública e para as empresas privadas que dependem de comunicação de missão crítica. Entre os principais benefícios destacam-se a elevada confiabilidade, a continuidade das comunicações sem interrupções, à alta disponibilidade dos sistemas, bem como a incorporação de funcionalidades avançadas como criptografia, interoperabilidade entre diferentes plataformas e recursos de geolocalização, assegurando desempenho superior e maior segurança operacional nas atividades estratégicas.

Sobre essa base tecnológica consolidada, foram desenvolvidas aplicações especializadas voltadas ao gerenciamento e controle dos sistemas de radiocomunicação. Tais soluções possibilitam que todo o ecossistema operacional seja administrado a partir de um número reduzido de servidores físicos frequentemente um ou dois capazes de executar, simultaneamente, dezenas de softwares de distintos fabricantes, de forma integrada, estável e segura, assegurando alta disponibilidade, escalabilidade e centralização das operações.

Considerando, portanto, a demanda apresentada pela Secretaria de Defesa Social, iniciou-se a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, visando avaliar a possibilidade, viabilidade e conveniência da contratação.

Este estudo é necessário para definir a melhor forma de contratação da solução de Radiocomunicação para o Estado.

A realização deste Estudo Técnico Preliminar – ETP está em conformidade com o Decreto Estadual nº 53.384/2022, art. 7º, incisos VI e X:

VI - de aquisição de bens e prestação de serviços cujo valor estimado da licitação ou contratação direta supere R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto processos de credenciamento;

## 1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aquisição de Sistema de Radiocomunicação Digital Padrão TETRA da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE), com o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS).

Tal demanda decorre da diretriz estratégica do Governo do Estado de Pernambuco, que estabelece como meta prioritária a modernização e o aprimoramento das estruturas e meios tecnológicos dos órgãos de Segurança Pública, assegurando maior eficiência, confiabilidade e integração nas comunicações operacionais. Nesse contexto, o CIODS foi incumbido de implantar um novo padrão de excelência operacional e tecnológica, voltado à melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de segurança à sociedade pernambucana.

Entende-se, portanto, que a presente aquisição se insere no escopo do processo de modernização e consolidação do Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA (sistema de radiocomunicação digital cuja principal característica é a alta confiabilidade na transmissão de dados e voz. No entanto, o TETRA se destaca em relação aos demais sistemas digitais por contar com uma ampla variedade de fabricantes, o que favorece a competitividade, a interoperabilidade e a evolução tecnológica do setor), em uso pelas Operativas de Segurança Pública do Estado, a saber: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Polícia Científica. Tal Modernização visa não apenas ampliar a cobertura e a interoperabilidade entre as forças de segurança, mas também garantir comunicações seguras, contínuas e de alta disponibilidade, imprescindíveis à gestão de ocorrências integradas e à resposta tempestiva às demandas da população.

Ademais, a medida coaduna-se com as metas e diretrizes do Plano Estadual de Segurança Pública, cujo eixo central é a prevenção e redução dos índices de homicídios e demais crimes de maior impacto social, mediante a adoção de uma política pública baseada em modelo de gestão orientado por resultados, que prevê o monitoramento permanente das ações, indicadores e desempenhos das unidades operativas.

Desse modo, a contratação proposta revela-se tecnicamente indispensável e juridicamente legítima, em estrita observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e supremacia do interesse público, conforme preconizado pelos arts. 6º, inciso IX, e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo, portanto, medida necessária à manutenção e ao aprimoramento das atividades estratégicas de segurança pública do Estado.

Os sistemas de radiocomunicação atualmente disponíveis no mercado passaram por expressiva evolução tecnológica nas últimas décadas, caracterizada pela substituição dos sistemas analógicos por tecnologias digitais avançadas, tanto na transmissão de radiofrequência entre os usuários quanto no tráfego interno de dados, que passou a operar de forma intensiva com base nos protocolos de Internet (Internet Protocol – IP).

Essa transformação tecnológica representou um marco na modernização dos sistemas de comunicação, proporcionando maior eficiência, integração, segurança e flexibilidade operacional. Como resultado, os órgãos de segurança pública e as entidades privadas que dependem de comunicações de missão crítica passaram a contar com meios de comunicação mais robustos, confiáveis e de alta disponibilidade, assegurando a continuidade das operações, a redução de falhas de transmissão e o acesso a recursos avançados, como criptografia, interoperabilidade entre redes e monitoramento remoto.

Em síntese, a migração para a radiocomunicação digital consolidou-se como um salto qualitativo essencial para garantir comunicações estratégicas seguras, estáveis e eficientes, fundamentais ao êxito das atividades operacionais e à prestação de serviços públicos de forma célere e eficaz.

Com o avanço da digitalização, as funções de controle, supervisão e gerenciamento anteriormente executadas diretamente pelos equipamentos de radiocomunicação passaram, em sua maior parte, a ser desempenhadas por softwares dedicados, hospedados e processados em servidores de alto desempenho interconectados por redes de transporte de dados, em uma arquitetura análoga aos modernos sistemas de Tecnologia da Informação (TI).

Sobre essa base tecnológica consolidada, foram concebidas aplicações especializadas voltadas ao gerenciamento, controle e integração dos sistemas de radiocomunicação, possibilitando que toda a operação seja concentrada em um número reduzido de servidores físicos — normalmente um ou dois —, capazes de executar simultaneamente dezenas de aplicações de diferentes fornecedores de forma integrada, segura e de alta disponibilidade.

Essa arquitetura orientada a software (Software Defined Architecture) proporciona uma série de benefícios operacionais e estratégicos, entre os quais se destacam:

- Grande capacidade operacional do sistema quanto a número de usuários;
- Flexibilidade para particionar o sistema para uso de diversas agências, com controle e gerenciamento independente de cada uma delas;
- Flexibilidade para aumento de capacidade apenas com aquisição de licenças;
- Flexibilidade para adição de funcionalidades aos sistemas com aquisição de licenças;



- Possibilidade de efetuar programação remota;
- Maior integração com diversos outros tipos de aplicativos;
- Maior segurança com uso de criptografia avançada;
- Capacidade de armazenar dados.

Além dos diversos benefícios operacionais já mencionados, a transformação dos antigos sistemas de comunicação crítica em plataformas baseadas em tecnologia da informação (TI) resultou em significativa redução dos custos de aquisição, operação e manutenção dos sistemas. Tal redução decorre, principalmente, da diminuição expressiva da quantidade de equipamentos físicos necessários à operação e da possibilidade de configuração, monitoramento e atualização remota, por meio de conexões seguras via Internet. Ademais, a maior flexibilidade e modularidade dos sistemas definidos por software (Software Defined Systems) podem se adaptar rapidamente aos requisitos em constante mudança. Essa capacidade de realizar atualizações de software por interface aérea, típica dos sistemas digitais, permite ao TETRA ciclos de atualização tecnológica mais curtos, com lançamento ágil de novas versões e funcionalidades. Isso garante que o sistema se mantenha alinhado às demandas operacionais e às inovações do setor, sem a necessidade de intervenções físicas como ocorre nos sistemas analógicos, em contraste com os sistemas analógicos ou digitais convencionais, que demandam intervenções físicas e maior tempo de implantação.

Em razão dessa dinâmica de evolução contínua, torna-se tecnicamente e economicamente inviável para os fornecedores de software manterem suporte técnico ativo e atualizações de segurança para versões muito antigas geralmente aquelas com mais de quatro anos de defasagem tecnológica. Consequentemente, tais produtos passam a possuir ciclos de vida mais curtos, os quais são formalmente definidos por cada fabricante, em conformidade com suas políticas de ciclo de vida (Life Cycle Policy).

O gerenciamento adequado do ciclo de vida tecnológico dos sistemas de radiocomunicação, aliado à manutenção contínua de serviços de suporte e atualização, é medida indispensável para mitigar riscos operacionais, prevenindo interrupções inesperadas, vulnerabilidades de segurança cibernética, obsolescência de software ou hardware e assegurando a compatibilidade com novas funcionalidades que venham a ser incorporadas ao sistema.

Considerando que o Sistema de Radiocomunicação Digital TETRA é classificado como um sistema de missão crítica, todas as atividades relacionadas ao seu gerenciamento, supervisão, manutenção e atualização devem ser conduzidas com rígido controle técnico e operacional, de forma a evitar qualquer comprometimento da continuidade e da segurança das operações da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE).

Em decorrência da evolução tecnológica contínua e das atualizações periódicas do Sistema de Radiocomunicação, torna-se imprescindível à substituição e atualização do sistema em uso o APCO-25, de modo a garantir compatibilidade com os novos padrões tecnológicos, funcionalidades avançadas e maior eficiência operacional. Nesse contexto, a SDS-PE identifica a necessidade de aquisição do sistema TETRA, a fim de atender plenamente as demandas das Operativas de Segurança Pública.

A presente aquisição de novo sistema de rádio digital visa atender às necessidades atuais e projetadas do Estado, considerando a ampliação significativa do efetivo de segurança pública, com o aumento do número de policiais, agentes, viaturas e demais ativos operacionais. Tal medida assegura o acompanhamento tecnológico do crescimento operacional, garantindo recursos aprimorados, melhor desempenho e maior



capacidade de expansão do sistema, além de preservar e aperfeiçoar os investimentos já realizados pelo Estado na infraestrutura de radiocomunicação.

A Modernização proposta abrange todas as forças de segurança pública do Estado que compartilham o uso do sistema TETRA Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Científica, assegurando interoperabilidade plena e comunicação integrada entre as Operativas em todo o território estadual.

O sistema TETRA não é um software isolado, mas sim um padrão internacional de rádio digital troncalizado que envolve tanto hardware (rádios, antenas, infraestrutura) quanto software (gerenciamento de rede e terminais). Trata-se de um sistema de comunicação completo, desenvolvido para atender às necessidades de comunicação de voz e dados confiáveis e seguras para organizações de missão crítica, como segurança pública, transporte, aeroportos e serviços de emergência. Componentes do Sistema TETRA: Padrão/Protocolo: O TETRA (Terrestrial Trunked Radio) é um protocolo de comunicação especificado pelo Instituto Europeu de Padrões de Telecomunicações (ETSI). Hardware: Inclui a infraestrutura física, como estações base, centrais de comutação e os próprios rádios portáteis e veiculares usados pelos usuários. Software: O software é utilizado para gerenciar a rede, configurar os rádios, controlar as versões de firmware e integrar funcionalidades adicionais, como aplicativos de despacho e localização. Portanto, o TETRA é um sistema abrangente de comunicação que utiliza software para gerenciar e otimizar o funcionamento do hardware de rádio.

Por fim, a aquisição de novo sistema de radiocomunicação digital padrão TETRA, nas especificações e quantidades estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar- ETP proporcionará benefícios operacionais diretos ao Estado de Pernambuco, com aumento da eficiência, confiabilidade e segurança das comunicações de missão crítica, contribuindo para a modernização contínua e a efetividade das ações de segurança pública.

## 2 ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

No âmbito desta Secretaria de Defesa Social, a elaboração e formalização do PCA encontram-se registradas nos documentos **PCA.065.DAG-SDS/2026** e **DFD.865.DAG-SDS/2025**, os quais consolidam o planejamento das contratações previstas para o exercício, garantindo conformidade legal, planejamento estratégico e adequação orçamentária.

## 3 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários à contratação visam atender à necessidade da Secretaria de Defesa Social em obter o sistema de radiocomunicação digital, o qual desempenhará papel fundamental na segurança pública do Estado de Pernambuco.

A contratação se dará em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, no que tange ao uso adequado e às finalidades específicas, com o objetivo de minimizar custos e garantir a máxima eficácia operacional do órgão. Isso será viabilizado por meio da aquisição de produtos com referência mercadológica, a partir do melhor preço registrado, conforme os parâmetros legais estabelecidos, por meio da Ata de Registro de Preços — forma econômica e mais indicada para atender à demanda interna do CIODS/SDS-PE.

A contratação será realizada mediante procedimento de licitação, na modalidade pregão, pelo sistema de registro de preços. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação por meio de Ata de Registro de Preços revela-se tecnicamente adequada e juridicamente pertinente para garantir a continuidade e a eficiência das atividades operacionais do Sistema de Radiocomunicação Digital da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE). Tal modalidade proporciona maior flexibilidade administrativa e agilidade nas aquisições futuras, evitando a necessidade de instauração de novos processos licitatórios a cada demanda específica, além de assegurar padronização técnica e compatibilidade plena entre os equipamentos adquiridos.

A inexistência de uma ata vigente ([79853531](#), [79853598](#), [79853662](#)) para este objeto poderia ocasionar descontinuidade no fornecimento de sistemas, comprometendo a interoperabilidade entre as Operativas de Segurança Pública, bem como a integração com os sistemas e componentes já implantados, afetando diretamente a eficiência, confiabilidade e segurança das comunicações de missão crítica.

Assim, a presente aquisição de sistema digital padrão TETRA, mediante registro de preços, objetiva assegurar disponibilidade contínua, suporte técnico especializado, atualização tecnológica e manutenção da compatibilidade com as plataformas atualmente em uso, observando rigorosamente os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Portaria SAD nº 2.679/2021.

Trata-se de um segmento de alta especialização tecnológica, cujo fornecimento pode ser realizado por empresas qualificadas e com expertise comprovada, sem prejuízo à padronização, integração e desempenho operacional do sistema, garantindo, assim, a sustentabilidade técnica e a consolidação dos investimentos públicos já efetuados na infraestrutura de radiocomunicação do Estado.

Consideramos suficientes as descrições apresentadas no ETP, uma vez que o Termo de Referência (TR) trará as especificações detalhadas do objeto. Quanto aos requisitos técnicos e operacionais do sistema TETRA, trata-se de tecnologia já conhecida e aplicada pelo Estado, com sistema em pleno funcionamento em regiões do interior. Além disso, há suporte tecnológico e estrutura adequada no CIODS para recepção e operação dos rádios TETRA, incluindo pessoal capacitado para lidar com os equipamentos e funcionalidades do sistema. Isso garante a continuidade operacional e a integração com as demais unidades que já utilizam essa tecnologia.

#### 4 LEVANTAMENTO DE MERCADO

O presente estudo mercadológico, elaborado a partir de levantamento de mercado, evidencia a relevância da aquisição dos equipamentos à luz do cenário atual desta Secretaria de Defesa Social, consistindo na prospecção, análise e comparação das alternativas disponíveis, bem como na justificativa técnica e econômica da solução escolhida, em consonância com as melhores práticas da Administração Pública.

No contexto do esforço contínuo de cumprimento de sua missão institucional, qual seja, assegurar a interoperabilidade comunicacional entre os órgãos de segurança pública do Estado de Pernambuco, constatou-se que a alternativa que melhor atende à natureza essencial, permanente e estratégica do serviço é a aquisição definitiva dos equipamentos, por revelar-se a opção mais vantajosa sob o prisma técnico, operacional e econômico.

Embora a locação se apresente como modalidade juridicamente possível, sua adoção mostra-se inadequada às reais demandas operacionais, sobretudo diante da complexidade, criticidade e continuidade dos serviços prestados pelas operativas da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Científica e Defesa Civil. A comunicação integrada, estável e ininterrupta entre essas forças constitui requisito indispensável à efetividade das ações de segurança pública.

Sob a ótica da vantajosidade econômica, ponderou-se que a locação, ainda que eventualmente atrativa em curto prazo, implica custos recorrentes, risco de reajustes contratuais e ausência de incorporação patrimonial, ao passo que a aquisição definitiva dilui os custos ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, reduz despesas futuras e assegura maior previsibilidade orçamentária. Ademais, foram considerados os ganhos de eficiência administrativa, notadamente a economia de tempo, de recursos materiais e de pessoal, decorrentes da eliminação de processos sucessivos de renovação contratual e da maior autonomia na gestão dos ativos.

Igualmente, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias ou inovações disponíveis no mercado. Nesse exame, verificou-se que as soluções existentes concentram-se majoritariamente em modelos de locação, em especial no âmbito municipal, não se mostrando compatíveis, em termos de escala, robustez e continuidade, com as necessidades desta Secretaria.

Considerou-se, ainda, a incorporação de tecnologias que proporcionem ganhos de eficiência, segurança, confiabilidade, padronização, controle e transparência, aspectos que são melhor atendidos pela aquisição definitiva, permitindo maior domínio técnico sobre a infraestrutura crítica de comunicação e mitigando riscos de descontinuidade.

Destaca-se que eventual rescisão contratual ou interrupção na prestação continuada dos serviços, hipótese mais sensível em contratos de locação, inclusive com a retirada de estações repetidoras, controladoras e demais componentes do sistema, acarretaria prejuízos operacionais de elevada gravidade, com potencial comprometimento da ordem pública e impacto direto na qualidade dos serviços prestados à sociedade pernambucana.

No âmbito do levantamento de mercado, foi realizada ampla pesquisa em bases oficiais, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ([79853531](#)), e-Fisco ([79853662](#)) e a ferramenta Banco de Preços ([79853598](#)). Todavia, identificaram-se apenas Atas de Registro de Preços voltadas à locação, majoritariamente de âmbito municipal, bem como contratos públicos cujas quantidades e especificações não atendem à demanda desta Secretaria.

Diante desse cenário, e considerando a inexistência de parâmetros plenamente compatíveis, optou-se pela pesquisa direta junto a fornecedores do segmento, nos termos do art. 5º, inciso V, da Portaria SAD nº 2.679, de 29 de setembro de 2021, que autoriza a solicitação formal de cotações mediante justificativa da escolha dos fornecedores, desde que os orçamentos tenham sido obtidos em período inferior a seis meses da data de elaboração do mapa de preços.

Assim, os valores adotados como referência neste processo foram definidos com base na metodologia do menor preço entre os fornecedores consultados, assegurando a observância aos princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade.

Por conseguinte, à vista das análises técnicas, econômicas e mercadológicas realizadas, conclui-se que os valores praticados no mercado e relativos ao objeto encontram-se devidamente consolidados no respectivo Mapa de Preços ([79853779](#)), que integra o presente processo.

## 5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Embora exista possibilidade de locação essa administração optou, a partir do estudo acima, pela aquisição definitiva.

Diante desse cenário, identificou-se a necessidade de aquisição de uma nova solução integrada de radiocomunicação digital, com cobertura estadual, operação segura e redundante, e capacidade de expansão futura, de modo a atender plenamente às demandas de comunicação de missão crítica da SDS-PE.

Avaliação das alternativas tecnológicas

Foram analisadas as principais tecnologias disponíveis no mercado para sistemas de radiocomunicação digital:

Tecnologia	Características	Limitações identificadas
<b>DMR (Digital Mobile Radio)</b>	Sistema digital de baixo custo e fácil implantação, adequado a pequenas redes.	Baixa capacidade de usuários simultâneos e limitação de interoperabilidade entre corporações distintas.

Tecnologia	Características	Limitações identificadas
<b>P25 (Project 25)</b>	Alta robustez e interoperabilidade, amplamente utilizada nos EUA.	Elevado custo de implantação e restrita base de fornecedores no Brasil.
<b>LTE/4G Privado</b>	Elevada taxa de dados e integração com redes IP.	Alta complexidade e custo de implantação, além de dependência de rede de dados, pouco adequada a cenários de missão crítica.
<b>TETRA (Terrestrial Trunked Radio)</b>	Equipamento com disponibilidade de sistema digital trunking padronizado pela ETSI, com comunicação criptografada, interoperável e de alta disponibilidade.	Custo intermediário, porém plenamente justificado pela robustez, padronização e confiabilidade.

Após análise comparativa, concluiu-se que a tecnologia TETRA é a mais adequada para o contexto da SDS-PE, atendendo aos requisitos de missão crítica, interoperabilidade, segurança, escalabilidade e continuidade operacional.

#### **Justificativa técnica da escolha da solução TETRA**

A aquisição da solução TETRA (Terrestrial Trunked Radio) justifica-se pelos seguintes aspectos técnicos e operacionais:

Padrão internacional ETSI: assegura interoperabilidade entre diferentes fabricantes e equipamentos, garantindo liberdade de escolha e longevidade tecnológica.

Confiabilidade e disponibilidade: tecnologia trunking digital com redundância de controladores e priorização automática de chamadas, assegurando comunicação contínua mesmo em situações de sobrecarga.

Segurança: comunicação criptografada ponta a ponta e autenticação de terminais, impedindo interceptações não autorizadas.

Escalabilidade: arquitetura modular que permite expansão da rede conforme o crescimento da cobertura e do número de usuários.

Gerenciamento centralizado: plataforma de controle e monitoramento em tempo real, com recursos de despacho, gravação, rastreamento de terminais e gestão de eventos.

Integração multimídia: suporte a voz, mensagens de status, dados curtos (SDS), geolocalização (GPS) e integração com sistemas de videomonitoramento e CIOSP.

Experiência comprovada: tecnologia amplamente utilizada por órgãos de segurança pública e defesa civil em diversos estados brasileiros e em países europeus, garantindo maturidade operacional.

#### **Modelo de Contratação Proposto**

Considerando a complexidade do projeto e a necessidade de garantir responsabilidade técnica única pela entrega, integração, configuração e funcionamento do sistema, propõe-se a aquisição sob o modelo turnkey (fornecimento e implantação completa).

Nesse formato, o contratado será responsável por:

Fornecimento de todos os equipamentos e softwares necessários (estações base, controladores, rádios portáteis, móveis e fixos, antenas e sistemas de energia);

Instalação, integração e testes de aceitação do sistema para os servidores da SDS-PE;

Fornecimento de licenças, documentação técnica e garantia integral do sistema; Suporte e manutenção durante o período contratual.

O modelo turnkey assegura padronização, integração completa e responsabilidade técnica unificada, minimizando riscos de incompatibilidade entre componentes e reduzindo o tempo de implantação.

#### **Benefícios Esperados**

Elevação da eficiência operacional das forças de segurança e emergência;

Redução de falhas e maior disponibilidade da comunicação entre unidades de campo e centrais; Segurança da informação, com comunicações criptografadas e autenticadas;

Integração entre órgãos operativos da SDS-PE e outras instituições parceiras; Padronização tecnológica estadual, facilitando manutenção e expansão futura;

Maior prontidão em emergências e grandes eventos, garantindo resposta rápida e coordenada.

Com base na análise técnica e operacional realizada, conclui-se que a aquisição da solução de radiocomunicação digital no padrão TETRA, sob o modelo turnkey, representa a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente vantajosa para atender às necessidades da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

A adoção do sistema TETRA permitirá à SDS-PE alcançar maior eficiência, segurança e integração nas comunicações críticas, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

## 6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Com base em tudo que já foi descrito nos itens 1, 3 e 5, corroborado com os estudos de cobertura realizados

previamente e anexados ao processo sob os protocolos nº [79854994](#) e [79854899](#), bem como as recomendações constantes no Relatório de Auditoria do TCE (protocolo nº [79855087](#)), estimou-se o seguinte quantitativo necessário para a implantação da solução de radiocomunicação digital:

- 01 unidade de Controlador central;
- 10 unidades de ERBs (Estações Rádio Base);
- 01 centro de despacho com 25 consoles; e
- 10 enlaces do tipo micro-ondas.

A definição desses elementos não exige memória de cálculo convencional, uma vez que a distribuição dos sites foi baseada em simulações técnicas de cobertura realizadas por software especializado, cujos estudos encontram-se devidamente anexados ao processo (Anexo Relatório de predição de cobertura RMR ([79854899](#)), Anexo Relatório de predição de cobertura TETRA ([79854994](#)) e refletem as condições operacionais e geográficas do Estado.

## 7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado global é de R\$ 20.572.839,06 (vinte milhões quinhentos e setenta e dois mil e oitocentos e trinta e nove reais e seis centavos).

Consideramos todos os elementos necessários à plena execução do objeto, incluindo fornecimento do sistema digital padrão TETRA, licenças, softwares, instalação, integração com os terminais existentes, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, bem como eventuais serviços complementares, de modo a refletir a totalidade dos encargos financeiros previstos.

Ademais, a Portaria SAD nº 2.679/2021 foi observada integralmente, uma vez que disciplina os procedimentos e parâmetros para elaboração de pesquisas de preços no âmbito estadual, assegurando a



fidedignidade das informações de mercado, a rastreabilidade das fontes consultadas e a economicidade da contratação pública, especialmente em contratações de equipamentos críticos, como os sistemas digitais padrão TETRA, utilizados em sistemas de comunicação de missão crítica.

## 8 JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Neste caso em concreto, a opção pelo agrupamento do lote único é a mais vantajosa para a Administração, uma vez que assegura a plena integração técnica e operacional dos componentes do sistema, promovendo maior eficiência, segurança e economicidade na execução contratual.

A presente contratação visa à aquisição de um sistema de radiocomunicação digital baseado na tecnologia TETRA (Terrestrial Trunked Radio), com o objetivo de atender, de forma integrada, às necessidades operacionais dos órgãos que compõem a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE).

Justifica-se o não parcelamento do objeto com base nos seguintes aspectos:

### **Indivisibilidade Técnica da Solução**

A arquitetura do sistema TETRA exige perfeita integração entre seus diversos elementos — infraestrutura de rede, terminais, software de gerenciamento, sistemas de despacho, gravação e suporte técnico — sendo inviável sua aquisição de forma fracionada sem comprometer a funcionalidade e a interoperabilidade do sistema.

### **Compatibilidade e Suporte Unificado**

A contratação global garante padronização tecnológica, centralização do suporte técnico e responsabilização única por eventuais falhas, evitando conflitos de integração e assegurando maior confiabilidade na prestação do serviço.

### **Segurança e Continuidade Operacional**

A comunicação entre os órgãos operativos da SDS/PE demanda elevada disponibilidade, segurança e criptografia de ponta a ponta, características típicas de sistemas críticos. A fragmentação da aquisição comprometeria esses requisitos essenciais.

### **Eficiência Administrativa e Econômica**

A solução integrada proporciona maior eficiência na execução contratual, facilita o planejamento e o controle do projeto, além de possibilitar economia de escala e redução de custos operacionais e logísticos.

Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais apropriado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

## 9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A aquisição de sistema digital padrão TETRA, objeto deste ETP, foi concebida de forma integrada, completa e autossuficiente, garantindo o atendimento pleno e contínuo da necessidade operacional da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE). Trata-se de uma arquitetura tecnológica planejada sob o princípio da integralidade funcional, assegurando que todos os componentes necessários à operação, manutenção e evolução do sistema de radiocomunicação estejam contemplados desde sua concepção.



### **Integralidade do Objeto**

O escopo definido para a contratação abrange todos os elementos essenciais de hardware, software e serviços associados, incluindo:

Fornecimento de Controlador Central, ERBs digitais compatíveis com a infraestrutura TETRA; Licenças de software e aplicativos necessários à operação segura e eficiente do sistema;

Serviços de instalação, configuração e integração com sistemas legados, quando aplicável;

Suporte técnico especializado e manutenção preventiva, corretiva e evolutiva durante o período contratual inicial.

A entrega da solução será em formato "turn-key" (pronta para uso), não dependendo de aquisições futuras ou complementares para a operação básica, atendendo plenamente aos requisitos de missão crítica e interoperabilidade.

### **Autonomia da Solução**

A solução a ser contratada não possui dependência técnica de plataformas, sistemas ou ferramentas externas que não estejam disponíveis e em pleno funcionamento na infraestrutura de radiocomunicação da SDS-PE. A interoperabilidade com sistemas legados será garantida mediante requisitos técnicos detalhados no presente ETP, que deverão ser integralmente atendidos pela contratada, assegurando compatibilidade, continuidade operacional e segurança das comunicações.

## **10 RESULTADOS PRETENDIDOS**

A aquisição de sistema digital padrão TETRA tem como finalidade garantir comunicação segura, confiável e contínua para as Operativas da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, não se limitando apenas à transmissão de voz ou dados, mas permitindo coordenação eficiente das atividades operacionais, integração entre órgãos de segurança, suporte à inteligência policial, persecução penal e atuação pericial.

Os sistemas digitais possibilitam, ainda, gestão otimizada de recursos humanos e materiais, melhor planejamento das ações de segurança, além de apoiar a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e repressão da criminalidade em espaços públicos, assegurando interoperabilidade entre diferentes forças de segurança e órgãos municipais.

Nesse contexto, os principais resultados esperados da contratação incluem:

Garantir comunicação contínua e confiável entre os órgãos de segurança pública, reduzindo riscos operacionais; Aumentar a segurança dos cidadãos por meio de coordenação eficiente das Operativas;

Proteção e preservação do patrimônio público, possibilitada por resposta rápida e integrada; Registrar e monitorar ocorrências de forma eficaz e proativa;

Ampliar a capacidade operacional e cobertura do sistema de radiocomunicação no Estado de Pernambuco; Fortalecer investigações e processos criminais, proporcionando produção de provas seguras e rastreáveis; Reduzir índices de crimes violentos e contra o patrimônio por meio de atuação coordenada e tempestiva; Empregar recursos públicos de forma eficiente, promovendo integração entre Estado e municípios;

Permitir intervenção operacional mais célere e precisa, diminuindo riscos decorrentes da falta de informação sobre ocorrências;

Ampliar a visão estratégica da segurança pública, com integração entre áreas como saúde, educação, defesa civil, transporte e outras, ocorre através da interoperabilidade, característica essencial dos sistemas digitais de radiocomunicação. Essa interoperabilidade permite que diferentes instituições compartilhem informações e operem de forma coordenada, mesmo utilizando plataformas distintas. No Estado de Pernambuco, essa prática já é realidade, com uso integrado do sistema TETRA entre a Secretaria de Defesa Social, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e diversas prefeituras, fortalecendo a resposta conjunta em situações críticas e promovendo maior eficiência na gestão pública.

Proporcionar melhoria qualitativa e quantitativa na gestão de comunicações de missão crítica;

Assegurar interoperabilidade e padronização tecnológica, fortalecendo o modelo de contratação e preservando investimentos já realizados.

## 11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Com a aquisição de sistemas digitais de tecnologia avançada, dotados de recursos de comunicação segura, criptografada e interoperável, plenamente integrados ao Sistema de Radiocomunicação Digital da Secretaria de Defesa Social (SDS), o Estado de Pernambuco assegurará maior eficiência operacional, confiabilidade nas comunicações de missão crítica e padronização tecnológica entre os órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social.

A implementação do novo sistema permitirá comunicação em tempo real entre as Operativas, gestão otimizada de incidentes, além de suporte aprimorado às atividades de segurança pública, defesa civil e atendimento emergencial, fortalecendo a atuação integrada do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS) e dos demais centros de gerenciamento regionais.

Como parte das providências decorrentes desta aquisição, a empresa contratada deverá realizar a entrega, configuração e integração dos equipamentos, assegurando pleno domínio das funcionalidades e correta execução das atividades.

Com o propósito de assegurar a viabilidade da contratação, mitigar riscos operacionais e tecnológicos e garantir a eficácia na implantação, transição e gestão do sistema, foi delineadas providências a serem adotadas pela Administração, em estrita observância aos princípios da eficiência, continuidade, planejamento e economicidade previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às boas práticas de governança de TIC definidas pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

### Providências Administrativas e de Planejamento da Contratação

Estas ações são essenciais para o andamento regular do processo administrativo de aquisição, garantindo que todas as fases observem a legislação vigente e os princípios que regem as contratações públicas.

Entre as providências previstas, destacam-se:

Adoção de modelo de contratação por meio de Ata de Registro de Preços, visando maior economicidade e flexibilidade de aquisição;

Garantia de padronização técnica e interoperabilidade dos sistemas e subsistemas adquiridos, nos termos do art. 40,

§2º da Lei nº 14.133/2021;

Definição de critérios objetivos de desempenho garantia e suporte técnico, assegurando continuidade operacional e atualização tecnológica;

Planejamento da capacitação dos operadores e gestores de rede, conforme diretrizes de governança de TIC.

## 12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais correspondem às alterações no meio ambiente decorrentes, direta ou indiretamente, das atividades humanas. Tais impactos podem ser classificados como positivos ou negativos, a depender dos efeitos gerados sobre os recursos naturais, a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

No caso da aquisição de sistemas digitais, não se identificam impactos ambientais negativos significativos, uma vez que se trata de bens de natureza eletrônica e tecnológica, destinados a aprimorar a infraestrutura de comunicação operacional da Secretaria de Defesa Social (SDS). Esses equipamentos não envolvem atividades extrativas, emissões atmosféricas, geração de efluentes líquidos ou resíduos perigosos em escala relevante, estando em conformidade com os princípios de prevenção e precaução ambiental previstos na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente).

Ainda assim, a contratação observa as diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), especialmente quanto à logística reversa e ao manejo responsável de resíduos eletrônicos. Dessa forma, os fornecedores deverão atender às normas de descarte ambientalmente adequado, comprometendo-se a destinar ou recolher os equipamentos inservíveis, em consonância com o Decreto Federal nº 10.240/2020, que regulamenta a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de produtos eletroeletrônicos.

Do ponto de vista intangível e funcional, os impactos ambientais da contratação podem ser considerados positivos, uma vez que a modernização do sistema de radiocomunicação digital proporciona melhor gestão e resposta operacional às situações de emergência e defesa civil. A ampliação da cobertura e da eficiência das comunicações contribui indiretamente para reduzir danos ambientais decorrentes de desastres naturais, incêndios florestais ou acidentes de grande porte, permitindo respostas mais rápidas e coordenadas pelas forças de segurança e salvamento. Antes tarde do que nunca, porém, na prática, esse argumento já havia sido citado anteriormente, ainda que sob linguagem técnica comum aos processos de tecnologia, por meio de conceitos como interoperabilidade, disponibilidade, troncalização, segurança e georreferenciamento, que sustentam justamente essa capacidade de resposta integrada e eficiente em cenários críticos.

Além disso, a adoção de sistemas digitais de última geração representa um avanço em sustentabilidade tecnológica, pois tais equipamentos apresentam menor consumo energético, maior durabilidade e possibilidade de atualização de software, reduzindo a necessidade de substituição prematura e o consequente descarte de resíduos eletrônicos. Essa característica atende ao princípio da durabilidade e eficiência energética, previsto nas políticas públicas de contratações sustentáveis (art. 25, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e art. 4º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 54.700/2023).

Dessa forma, conclui-se que a aquisição de sistemas digitais gera impactos ambientais positivos, ao fortalecer a capacidade operacional do Estado de Pernambuco para atuação em eventos críticos e emergenciais, promover a sustentabilidade tecnológica e assegurar a adequação ambiental da cadeia de fornecimento, em estrita conformidade com a legislação federal e estadual vigente.

### 13 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análise técnica minuciosa dos elementos que compõem o presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela plena viabilidade e necessidade da aquisição de sistema digital TETRA destinados à modernização do Sistema de Radiocomunicação Digital da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE).

A contratação ora proposta justifica-se pela essencialidade operacional do sistema de radiocomunicação, classificado como infraestrutura de missão crítica, imprescindível à coordenação das forças de segurança pública, defesa civil e atendimento emergencial. A substituição e ampliação do sistema visa garantir comunicação segura, ininterrupta e interoperável, de modo a assegurar a eficiência, continuidade e confiabilidade das operações sob responsabilidade da SDS-PE.

Do ponto de vista técnico-operacional, a evolução da tecnologia de radiocomunicação — marcada pela migração de sistemas analógicos para plataformas digitais baseadas em protocolos IP — exige a adoção de equipamentos compatíveis com o novo padrão tecnológico, mais eficientes, seguros e sustentáveis. Os sistemas digitais proporcionam melhor desempenho espectral, menor consumo energético, criptografia avançada de dados e capacidade de integração entre órgãos operativos, ampliando significativamente a efetividade das ações de policiamento, investigação, perícia e resposta emergencial.

Sob o enfoque jurídico e administrativo, a contratação observa rigorosamente os princípios e diretrizes estabelecidos

pela Lei Federal nº 14.133/2021, em especial os princípios da planeabilidade, eficiência, economicidade, transparência e continuidade do serviço público (arts. 5º e 11).

O processo de estimativa de preços e definição do objeto foi conduzido em conformidade com os Decretos Estaduais nº 54.700/2023 e nº 36.808/2014, bem como com a Portaria SAD nº 2.679/2021, garantindo a fidedignidade das informações de mercado e a vantajosidade econômica da contratação.

A execução por meio de Ata de Registro de Preços revela-se o modelo mais eficiente e econômico, conferindo flexibilidade de aquisição, padronização tecnológica e racionalização de custos ao longo do ciclo de vida do sistema, sem comprometer a integridade e a interoperabilidade do parque de radiocomunicação já implantado.

No tocante aos impactos ambientais, verifica-se a inexistência de riscos negativos significativos, tendo em vista tratar-se de bens de natureza eletrônica e de uso operacional, cujos efeitos sobre o meio ambiente são mínimos e controláveis. Ao contrário, a modernização tecnológica dos sistemas digitais representa impacto ambiental positivo, uma vez que promove maior eficiência energética, redução de resíduos eletrônicos, melhor gerenciamento de emergências ambientais e aderência às políticas públicas de sustentabilidade, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e do art. 25, V, da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a análise de vantajosidade demonstra que a solução proposta é tecnicamente superior, tecnicamente adequada e economicamente racional, sendo a alternativa mais conveniente ao interesse público. A aquisição garantirá melhor desempenho operacional, maior disponibilidade de rede, redução de riscos operacionais e cibernéticos, além de assegurar a continuidade das comunicações críticas e o atendimento eficiente às demandas da sociedade pernambucana, em consonância com as metas estratégicas do Plano de Segurança Pública do Estado.

Diante do exposto, posicionam-se favoravelmente à aquisição do sistema digital, por se tratar de medida tecnicamente justificada, juridicamente respaldada e economicamente vantajosa, plenamente compatível

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Secretaria Executiva de Contratações Públicas - SECOP  
Gerência Geral da Central de Licitações do Estado - GGCL  
Gerência de Licitação de Defesa Social - GLIDS  
Pregoeiro da Central de Licitações do Estado 62  
Pregoeiro/AC-62

com as normas vigentes, as boas práticas de gestão pública e os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e interesse público.

Recife, 29 de abril de 2026

Servidores responsáveis pela elaboração

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
JAMERSON <b>ARAÚJO</b> DE OLIVEIRA	<a href="mailto:ntel.ciods@sds.pe.gov.br">ntel.ciods@sds.pe.gov.br</a>	81-31835180	104771-0	Núcleo de telecomunicações do CIODS
ALEXANDRE <b>TAVARES</b> DE OLIVEIRA SILVA	<a href="mailto:ciods.secretaria@sds.pe.gov.br">ciods.secretaria@sds.pe.gov.br</a>	81-31835180	920506305	Gerente Geral do CIODS

**Assinatura(s)**

ALEXANDRE **TAVARES** DE OLIVEIRA SILVA - CEL RRPM  
CARGO: Gerente Geral do CIODS  
Aprovador

JAMERSON **ARAÚJO** DE OLIVEIRA  
Núcleo de Telecomunicações CIODS  
Elaborador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Secretaria Executiva de Contratações Públicas - SECOP  
Gerência Geral da Central de Licitações do Estado - GGCLE  
Gerência de Licitação de Defesa Social - GLIDS  
Pregoeiro da Central de Licitações do Estado 62  
Pregoeiro/AC-62

## ANEXO D

### QUADRO RESUMO

#### LICITAÇÃO POR LOTE ÚNICO

#### LICITAÇÃO POR LOTE ÚNICO

LOTE ÚNICO							
ITEM	CÓD. E-FISCO	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT. MÁXIMO	QUANT.	VALOR TOTAL
1	50895 7-3	465702	CONTROLADOR DE SITIO PARA RADIO TRONCALIZADO - GERENCIAR E CONTROLAR TERMINAIS DE ACESSO, ERBS E COMUNICACAO DE DADOS E VOZ, TODAS COMUNICACOES EFETUADAS, PERMITINDO A IDENTIFICACAO DO RADIO, GRUPO DE CONVERSACAO, CANAL UTILIZADO E TEMPO DE DURACAO DE TODAS AS CHAMADAS, TRONCALIZADO TETRA (TDMA) NA FAIXA DE UHF (380 - 400 MHZ)	unidade	R\$ 3.540.000,00	1	R\$ 3.540.000,00
2	50895 8-1	404260	ESTACAO REPETIDORA - TIPO DE REPETICAO REPETIDORA DIGITAL - TECNOLOGIA TETRA - 4 CANAIS, REGIME DE TRABALHO EM CONTINUA DE ALTO TRAFEGO, CICLO DE SERVICO CONTINUO DE 100%, POTENCIA DE TRABALHO MINIMA DE 10 WATTS, FAIXA DE OPERACAO MINIMA DE 380 MHZ A 400 MHZ, ACONDICIONADA EM RACK DE 19", COM FONTE DE	unidade	R\$ 735.685,62	7	R\$ 5.149.799,34

			ALIMENTACAO AC (DE 100V A 240V, AUTOMATICO) E DC (DE 24V A 48V) INTEGRADA INTERNA, COM FLUTUADOR, TIPO DE MONTAGEM DA ESTACAO EM RACK PADRAO DE 19", PROTECAO CONTRA SOBRETENSAO, VARIACAO DE IMPEDANCIA, INVERSAO DE POLARIDADE, A SENSIBILIDADE ESTATICA DOS TRANSCEPTEORES INDIVIDUAIS DEVERA SER NO MINIMO - 116,5 DBM PARA UMA BER (BIT ERROR RATE) DE 4%, MENOR RELACAO SINAL / RUÍDO PARA O SISTEMA, DUPLEXADOR E MULTIACOPLADOR INCORPORADO, ESPACAMENTO DE CANAIS: 25 KHZ, COM PROGRAMACAO DENTRO DA FAIXA ACIMA, PODENDO SER USADO COM CANAIS OFFSETS DE 12,5 KHZ.				
3	50903 9-3	404260	ESTACAO REPETIDORA - DIGITAL - TECNOLOGIA TETRA - 8 CANAIS, REGIME DE TRABALHO EM CONTINUA DE ALTO TRAFEGO, CICLO DE SERVICO CONTINUO DE 100%, POTENCIA DE TRABALHO DE MINIMA DE 40W, FAIXA DE OPERACAO DE MINIMA DE 380 MHZ A 400 MHZ, ACONDICIONADA EM RACK 19", COM FONTE DE ALIMENTACAO DE AC (DE 100V A 240V, AUTOMATICO) E DC (DE 24 A 48V) INTEGRADA INTERNA, COM FLUTUADO, COM LEDS	unidade	R\$ 1.358.570, 34	3	R\$ 4.075.711,02



			INDICADORES DE STATUS DA REPETIDORA, TIPO DE MONTAGEM DA ESTACAO EM RACK PADRAO DE 19", PROTECAO CONTRA SOBRETENSAO, VARIACAO DE IMPEDANCIA, INVERSAO DE POLARIDADE, A SENSIBILIDADE ESTATICA DOS TRANSCETORES INDIVIDUAIS DEVERA SER NO MINIMO -119 DBM PARA UMA BER (BIT ERROR RATE) DE 4%, MENOR RELACAO SINAL / RUÍDO PARA O SISTEMA, COM DUPLEXADOR TIPO EXTERNO, ESPACAMENTO DE CANAIS: 25 KHZ, COM PROGRAMACAO DENTRO DA FAIXA ACIMA, PODENDO SER USADO COM CANAIS OFFSETS DE 12,5 KHZ.				
4	50895 6-5	606229	SISTEMA DE DESPACHO DE RADIO COMUNICACAO - 01 CONSOLE DE DESPACHO QUE DEVERA PERMITIR A REALIZACAO DE CHAMADAS SEMI-DUPLEX INDIVIDUAIS DENTRO DA REDE DO DESPACHO AO ASSINANTE DO RADIO DO SISTEMA TETRA, INDIVIDUAIS DENTRO DA REDE DO DESPACHO A OUTRO DESPACHO, INDIVIDUAIS DENTRO DA REDE DE UM ASSINANTE DO RADIO DO SISTEMA TETRA A UM DESPACHO; DIRETAS INDIVIDUAIS DO DESPACHO AO ASSINANTE DO RADIO DOS SISTEMA TETRA; COM FUNCIONALIDADE DE	unidade	R\$ 188.833,30	25	R\$ 4.720.832,50

# GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Secretaria Executiva de Contratações Públicas - SECOP

Gerência Geral da Central de Licitações do Estado - GGCLE

Gerência de Licitação de Defesa Social - GLIDS

Pregoeiro da Central de Licitações do Estado 62

Pregoeiro/AC-62

			PATCH E OPERAR NO MODO TRONCALIZADO TETRA, DEVERA INCLUIR EQUIPAMENTO DE HARDWARE PC ATUALIZADO COM SISTEMA OPERACIONAL E UM MONITOR DE TELA PLANA (LED) DE NO MINIMO 17" ; DEVERA INCLUIR PELO MENOS UM ALTO-FALANTE, UM MICROFONE DE MESA, UM FONE DE OUVIDO (HEADSET) E UM PEDAL (PTT)				
5	51526 6-6	220153	ENLACE DE MICROONDAS - 4,9 GHZ - 50 MBPS NO MINIMO, PONTO A PONTO, NAO SE FAZ NECESSARIO PORQUE O SISTEMA DESTINA-SE A TRANSMISSAO E RECEPCAO DE DADOS, NAO SE FAZ NECESSARIO PORQUE O SISTEMA DESTINA-SE A TRANSMISSAO E RECEPCAO DE DADOS, 75 OHMS, 220/110 VAC OU 24 A 48 VDC	unidade	R\$ 308.649,6 2	10	R\$ 3.086.496,20
<b>VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO</b>						<b>R\$ 20.572.839,06</b>	

## ANEXO II DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

**DECLARA** que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**DECLARA** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**DECLARA** que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

**DECLARA** que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

**DECLARA** que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

---

**REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**CNPJ XXX**

## ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL- SDS**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo \_\_\_\_\_, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 90222/2026**, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a **aquisição eventual de equipamentos e softwares destinados ao Sistema de Radiocomunicação Digital, incluindo serviços de instalação, adaptação e configuração para a implantação do PMR (Professional Mobile Radio), em padrão aberto TETRA (Terrestrial Trunked Radio), na faixa de UHF 380–400 MHz, abrangendo a Capital e a Região Metropolitana do Recife**, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

### 2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

**2.1.** Figura como único **PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a **SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL- SDS**, com os quantitativos estimados expressos na tabela Constante no **Anexo D** do Termo de Referência (ANEXO I DO EDITAL).

**2.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

### 3. DO PREÇO

**3.1.** A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXXXXX

**3.2.** Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

### 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

**4.1.** O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**4.2.** A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

## 5. DO REAJUSTE

**5.1.** O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado, após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em **30/01/2026**, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

**5.2.** A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

**5.3.** O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

**5.4.** Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

## 6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**6.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.2.** Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

**6.2.1.** A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

**6.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

**6.3.1.** O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

**6.3.2.** Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

**6.3.3.** Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

**6.3.4.** Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.4.** O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

**6.4.1.** A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.



**6.5.** Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

**6.6.** A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

## 7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**7.1.** A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

**7.2.** As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

**7.3.** A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura de termo de contrato no prazo de **05 (cinco)** dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

**7.4.** O prazo para assinatura de termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

**7.5.** O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

**7.5.1.** A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

**7.6.** Por ocasião da convocação para assinatura de termo de contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

**7.6.1.** Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

**7.7.** Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

**8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

**8.1.1.** Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

**8.1.2.** Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

**8.1.3.** Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

**8.1.4.** Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

**8.1.5.** Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

**8.1.6.** Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

**8.1.7.** Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**8.1.8.** Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

**8.1.9.** Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

**9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:**

**9.1.1.** Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

**9.1.2.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

**9.1.3.** Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.

**9.1.4.** Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

**9.1.5.** Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

## 10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**10.2.** Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

**10.3.** A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**10.4.** A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

**10.5.** A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item **7.2**, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

**10.6.** Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 10.2 e 10.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

## 11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

**11.1.** O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

**11.1.1.** Descumprir as condições nela previstas;

**11.1.2.** Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

**11.1.3.** Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

**11.1.4.** Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

**11.1.5.** Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

**11.1.6.** Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

**11.2.** A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

**11.3.** A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

**11.4.** Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 11.1.6.

## 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

**12.1.1.** Não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

**12.1.2.** Recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

**12.1.3.** Recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

**12.2.** A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

**12.2.1.** Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 12.1.1 desta Ata;

**12.2.2.** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3. desta Ata.

**12.3.** Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

**12.3.1.** na infração prevista no item 12.1.1: de 6 a 12 meses;

**12.3.2.** nas infrações previstas nos itens 12.1.2. e 12.1.3: até 6 meses.

**12.4.** Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

**12.5.** A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 12.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3.

## 13. DA PUBLICAÇÃO

**13.1.** Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

## 14. DO FORO

**14.1.** Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA

## ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL- SDS, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90222/2026, PROCESSO Nº 0362.2026.AC-62.PE.90222.SAD.DAG-SDS.**

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL- SDS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste \_\_\_\_\_ ato \_\_\_\_\_ representada

pelo(a) \_\_\_\_\_ (nome e cargo), portador da  
matrícula funcional nº \_\_\_\_\_, no uso da competência conferida pelo  
\_\_\_\_\_, e a  
empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ(MF) sob o  
nº \_\_\_\_\_,<sup>1</sup> sediada em \_\_\_\_\_,  
representada neste ato por \_\_\_\_\_ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos  
constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm  
entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições,  
que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133,  
de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e  
demais normas aplicáveis.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de **equipamentos e softwares destinados ao Sistema de Radiocomunicação Digital, incluindo serviços de instalação, adaptação e configuração para a implantação do PMR (Professional Mobile Radio), em padrão aberto TETRA (Terrestrial Trunked Radio), na faixa de UHF 380–400 MHz, abrangendo a Capital e a Região Metropolitana do Recife**, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

\_\_\_\_\_



São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90222/2026, PROCESSO Nº 0362.2026.AC-62.PE.90222.SAD.DAG-SDS**, e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo de vigência do **CONTRATO** é de **8 (oito)** meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor total da contratação é de **R\$ XXXXX (indicar valor por extenso)**, conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE XXXX

ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXX

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.06 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Nota de Empenho:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

## CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **30/01/2026**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

**PARÁGRAFO NONO:** Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item **3.3.2**, do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item **3.3**, também do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A entrega dos bens será realizada de forma integral, em remessa única, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de **5 (cinco)** dias, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;

- VI.** Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII.** Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII.** Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX.** Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X.** Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI.** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;
- XII.** Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;
- XIII.** Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- XIV.** Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**XV.** Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

**XVI.** Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

**I.** Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

**II.** Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

**III.** Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

**IV.** Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05(cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

**V.** Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

**VI.** Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;



**VII.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**VIII.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

**IX.** Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

**X.** Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

**XI.** Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

**XII.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

**XIII.** Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

**XIV.** Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

**XV.** Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**XVI.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha

acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**XVII.** Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

**XVIII.** Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

**XIX.** Entregar o sistema devidamente regularizado e com todas as autorizações necessárias que possibilitem a operação do sistema dentro dos parâmetros indicados no Projeto Técnico conforme preceitua a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) e de acordo com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Tal atividade deverá compreender, no mínimo:

**XX.** Formalizar junto a ANATEL o pedido de autorização de uso das frequências de rádio pelo prazo máximo permitido;

**XXI.** Efetuar o pagamento total de todas as taxas e encargos obrigatórios e necessários ao licenciamento para exploração dos serviços de telecomunicações pelo máximo prazo permitido;

**XXII.** Após a emissão de autorização junto a ANATEL, quitar o boleto referente Preço Público pelo direito e Uso de Radio frequência – PPDUR – de forma integral e em parcela única;

**XXIII.** Realizar o cadastro na plataforma MOSAICO ou outra adotada pela ANATEL para as ERBs, terminais fixos, móveis e portáteis;

**XXIV.** Emitir e entregar à SDSPE as respectivas licenças para funcionamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

**a)** Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;

- b)** Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c)** Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d)** Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e)** Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f)** Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g)** Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h)** Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i)** Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a)** coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;

- b)** Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c)** Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d)** Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;
- e)** Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- f)** Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

- I - Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;
- II - Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação

mediante termo circunstanciado, no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até **15 (quinze)** dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

**PARÁGRAFO NONO:** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

**PARÁGRAFO TECEIRO:** Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da

regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

**PARÁGRAFO NONO:** A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.



VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total ou anual do **CONTRATO**, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do **CONTRATO**, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caso a **CONTRATADA** opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A garantia deverá ter validade durante toda a execução do **CONTRATO** e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do **CONTRATO** ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO NONO:** Na hipótese de suspensão do **CONTRATO** por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do **CONTRATO** principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no

**PARÁGRAFO NONO.**

d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os

prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do **CONTRATO**, mediante termo circunstanciado de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do **CONTRATO**, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO QUARTO:** Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** No ato da assinatura do presente **CONTRATO**, será exigida a comprovação da implementação do Programa de Integridade, através da apresentação do Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade, nos termos do Decreto Estadual nº 50.365, de 04 de março de 2021, cujos modelos encontram-se disponíveis no sítio da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco (<https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-I-Programa-de-Integridade-na->

[contratacoes.pdf](#) e <https://www.scge.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anexo-II-Programa-de-Integridade-na-contratacoes.pdf>), para avaliação das esferas competentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso a **CONTRATADA** não possua Programa de Integridade implantado no momento da assinatura do contrato, será concedido o prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do art. 17, da Lei Estadual nº 16.722/2019, para as providências cabíveis ao atendimento da Lei.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O Certificado de Regularidade do Programa de Integridade, emitido pelos órgãos avaliadores, terá validade por 2 (dois) anos, nos termos do art. 9º, da Lei nº 16.722/2012, devendo a **CONTRATADA** renová-lo sempre que expirada a sua validade.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Durante a validade do Certificado de Regularidade, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar os Relatórios de Perfil e de Conformidade atualizados, quando solicitados pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado, com intuito de proceder à reavaliação do Programa de Integridade sempre que presentes indícios de atos de fraude e corrupção envolvendo a **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A não comprovação da implementação do Programa de Integridade, nos moldes e prazos estabelecidos nesta **CLÁUSULA**, acarretará a aplicação das sanções administrativas específicas previstas na **CLÁUSULA VIGÉSIMA**.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) Der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) Der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do **CONTRATO**;

- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens **VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII** da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** (“Das Obrigações da Contratada”).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV da **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:



- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.
- III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;
- IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;
- V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;
- VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;
- VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;
- VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;
- IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;
- X. Aplicação de multa moratória e/ou sancionatória no percentual de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor global do Contrato, observado o piso mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como no caso de cumprimento intempestivo da respectiva obrigação, mediante entrega realizada fora do prazo estabelecido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis e da apuração de perdas e danos eventualmente decorrentes, na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA);

**XI. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor global do Contrato, na hipótese de não formalização tempestiva, perante a ANATEL, do pedido de autorização de uso das radiofrequências, na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no inciso XX (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA);**

**XII. Multa compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, na hipótese de inadimplemento, atraso ou pagamento parcial das taxas, preços públicos, contribuições e demais encargos obrigatórios necessários ao licenciamento para exploração dos serviços de telecomunicações, na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXI (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA), sem prejuízo da obrigação de regularização imediata;**

**XIII. Multa compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, caso a CONTRATADA deixe de promover a quitação integral e em parcela única do boleto referente ao Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência – PPDUR, ou o faça fora do prazo regulamentar, respondendo ainda por encargos adicionais eventualmente incidentes, na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXII (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA);**

**XIV. Advertência formal, cumulada, se necessário, com multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, em razão da ausência, atraso ou inconsistência no cadastramento das ERBs, terminais fixos, móveis e portáteis na plataforma MOSAICO, ou sistema oficial equivalente adotado pela ANATEL, na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXIII (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA);**

**XV. Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor global do Contrato, em caso de não emissão, não entrega, entrega parcial, vencida ou irregular das licenças, autorizações, certificados ou documentos necessários ao regular funcionamento dos equipamentos e serviços, na hipótese de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXIV (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA);**

**PARÁGRAFO SEXTO:** As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além de multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO:** A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES ESPECÍFICAS DECORRENTES DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 16.722/2019

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A não apresentação do Programa de Integridade ensejará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) incidente sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso, contado a partir do 1º dia útil após decurso do prazo estabelecido no **PARÁGRAFO SEGUNDO DA CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**, limitada ao valor máximo de 20% (vinte por cento).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O não atingimento da pontuação mínima estabelecida no Decreto Estadual nº 50.365/2021 ensejará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo percentual) por dia, incidente sobre o

valor global atualizado do **CONTRATO**, contado a partir do 1º dia útil após a ciência, pelo representante legal da **CONTRATADA**, da decisão administrativa que declarar a desconformidade do Programa de Integridade, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A aplicação de multa nas hipóteses previstas nos **PARÁGRAFOS PRIMEIRO e SEGUNDO** desta Cláusula afasta a aplicação, pelos mesmos fatos, da penalidade de multa prevista no **PARÁGRAFO QUINTO** da **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O não cumprimento da obrigação de implantar o Programa de Integridade, ou seu cumprimento parcial ou meramente formal, poderá implicar, cumulativamente, na impossibilidade de aditamento contratual, na extinção do contrato por parte da **CONTRATANTE** e na impossibilidade de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula depende de processo administrativo de apuração de responsabilidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à

legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Secretaria Executiva de Contratações Públicas - SECOP  
Gerência Geral da Central de Licitações do Estado - GGCLE  
Gerência de Licitação de Defesa Social - GLIDS  
Pregoeiro da Central de Licitações do Estado 62  
Pregoeiro/AC-62

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

## ANEXO I TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

### INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

### 1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

**CONTRATADA:** <nome da contratada>

**CNPJ:** XXXXXXXXXXXXX

**GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO:** <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

**MATRÍCULA:** XXXXXXXXXXXXX

## 2. CIÊNCIA

EU, \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, ocupante do cargo \_\_\_\_\_, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como **gestor/fiscal** (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

-----  
ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO V  
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0362.2026.AC-62.PE.90222.SAD.DAG-SDS.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90222/2026

SEI: 3900009130.000003/2026-70

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- SAD, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: [COMPRAS.GOV](http://compras.gov.br)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

DADOS PARA CONTATO

PREGOEIRO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o

primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **ADENILDO NOGUEIRA DA SILVA**, **PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO- AC-62-SAD** e matrícula **4599918**, em 06/05/2026, às 15:41.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **ee76aa5b-3f13-4387-bbf0-a22fa0650df9**

---